



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



-----Ata nº 6/2023-----

-----3ª Sessão Extraordinária de 2023 – Mandato 2021-2025-----

-----Reunião de 19 de junho de 2023-----

-----Aos dezanove dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e três, em cumprimento da convocatória emanada nos termos da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, reuniu a Assembleia Municipal de Portimão em Sessão Extraordinária, realizada no Salão Nobre dos Paços do Concelho, na freguesia e concelho de Portimão, sob a Presidência da sua Presidente, **Isabel Andrez Guerreiro**, coadjuvada por **Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café**, Primeiro Secretário da Mesa.---

NOMES DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO	FORÇA POLÍTICA
Isabel Cristina Andrez Guerreiro Bica	Partido Socialista
Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café	Partido Socialista
Marina de Carvalho Costa Sanches Esteves	Partido Socialista
José Manuel Figueiredo Santos	Partido Socialista
José Júlio de Jesus Ferreira	Partido Socialista
Joaquim Paulino Pacheco Duarte	Partido Socialista
Ana Sofia de Oliveira Vicente da Conceição	Partido Socialista
Rui Miguel da Silva Algarve	Partido Socialista
Andreia Filipa Muchacho de Sousa	Partido Socialista
Cristiano Damaso Malha Gregório	Partido Socialista
José Luis Mateus Barbudo	Partido Socialista
Paulo Jorge Domingos dos Santos Riscado	Partido Socialista
Maria da Luz Santana Nunes Presidente da Junta de Freguesia de Portimão	Partido Socialista
Ivo Miguel Inácio Carvalho Presidente da Junta de Freguesia de Alvor	Partido Socialista
José Vitorino da Silva Nunes – Presidente da Junta Freguesia da Mexilhoeira Grande	Partido Socialista
Natalino António Gomes Alves	Partido Social Democrata
Américo da Conceição Leonor Mateus	Partido Social Democrata
Vítor Manuel Campos Couto	Partido Social Democrata
Bruno Miguel Lourenço Candeias	Partido Social Democrata
Eduardo Jorge Jesus Gonçalves	Partido Social Democrata
Ângela Cristina Sintra Ramos Venâncio Quadros	Independente
Mário Nelson de Barradas Espinha	CHEGA



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Paulo Jorge Nascimento Canha	CHEGA
Jorge Daniel Alves Carneiro de Melo	CHEGA
Pedro Miguel Sousa da Mota	Bloco Esquerda
Marilu Veiga Correia Batista Santana	Bloco Esquerda
João Pedro Gonçalves Marques Caetano	Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança)
Marta Patrícia Gonçalves Marques Caetano	Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança)
Maria de Lurdes de Sousa Vales Melo Nogueira	CDU (PCP/PEV)
Ricardo Vieira da Conceição Cândido	PAN

-----Apresentaram pedido de substituição, que foi apreciado e aceite pelo Plenário da Assembleia Municipal nos termos do artigo 78º e 79º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o qual, *a contrario*, se mantém em vigor por força do disposto na alínea d) do n.º1 do artigo 3º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, os seguintes Membros Municipais: -----

FORÇA POLÍTICA	NOME DOS MEMBROS	PERÍODO DE SUBSTITUIÇÃO	DATA INÍCIO/FIM	NOME DO MEMBRO SUBSTITUTO
BE	Marco Paulo Pereira	6 meses	20/04/2023 A 20/10/2023	Marilu Veiga Santana
Chega	Luís Filipe Alves Custódio	1 ano	02/06/2023 A 02/06/2024	Patrícia Alexandra G. Ferro
Chega	Patrícia Alexandra G. Ferro	1 dia	19/06/2023	Jorge Daniel Alves C. de Melo
PSD	Carlos Eduardo G. Martins	19 dias	12/06/2023 A 30/06/2023	Raquel Gonçalves Bernardino
PSD	Raquel Gonçalves Bernardino	1 dia	19/06/2023	Ricardo Jorge da Silva Viana
PSD	Ricardo Jorge da Silva Viana	1 dia	19/06/2023	Bruno Miguel L. Candeias
PSD	Cristina Maria de Sousa Velha	1 dia	19/06/2023	Maria Augusta Rodrigues
PSD	Maria Augusta Rodrigues	1 dia	19/06/2023	Filipa Maria António Marques



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



PSD	Filipa Maria António Marques	1 dia	19/06/2023	Rui Filipe Duarte Norte
PSD	Rui Filipe Duarte Norte	1 dia	19/06/2023	Susete Madalena Santos
PSD	Susete Madalena Santos	1 dia	19/06/2023	Miguel Afonso Mendes Pereira
PSD	Miguel Afonso Mendes Pereira	1 dia	19/06/2023	Rita Sónia de Barros Reis
PSD	Rita Sónia de Barros Reis	1 dia	19/06/2023	Eduardo Jorge Gonçalves
PS	Carlos Alberto Osório	1 dia	19/06/2023	Cristiano Malha Gregório
PS	Pedro Jorge Moreira	19 dias	12/06/2023 A 30/06/2023	José Luis Mateus Barbudo
PS	Sheila Gassin Tomé	1 dia	19/06/2023	Alzira Maria Maças Calha
PS	Alzira Maria Maças Calha	1 dia	19/06/2023	João Pedro Marreiros Rosa
PS	João Pedro Marreiros Rosa	1 dia	19/06/2023	Paulo Jorge Santos Riscado
PAN	Daniela Marlene da Conceição Duarte	1 dia	19/06/2023	Ricardo Conceição Cândido

-----A Câmara Municipal de Portimão esteve representada pelos seguintes elementos do Executivo:

NOMES	CARGO/FORÇA POLÍTICA
Isilda Vargues Gomes	Presidente – Partido Socialista
Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila	Vice-Presidente – Partido Socialista
Teresa Filipa dos Santos Mendes	Vereadora - Partido Socialista
José Pedro Henrique Cardoso	Vereador – Partido Socialista
João Vasco Gambôa	Vereador – Partido Socialista
Rui Miguel da Silva André	Vereador – Partido Social Democrata
Ricardo Samuel Lisboa De Oliveira	Vereador – Partido Social Democrata
Pedro Humberto Castelo Terras Xavier	Vereador – CHEGA
Luís Manuel de Carvalho Carito	Vereador - Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS PP/Nós Cidadãos/Aliança)



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



-----Quando eram vinte e uma horas e oito minutos, constatada a existência de quórum, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, declarou aberta a **3ª Sessão Extraordinária de 2023**, dirigindo-se de uma forma especial e agradecida, pelo facto de o Conselho Diretivo da CCDR Algarve, que muito os honra, ter pedido que tivessem esta Assembleia Municipal Extraordinária para prestação de contas.

-----Nos termos legais isso não é exigível ao Conselho Diretivo e por isso entendo agradecer a vossa presença, a vossa disponibilidade, sei que o têm feito pelo Algarve, esta será digamos a décima terceira prestação de contas que fazem, portanto, em dezasseis municípios é excelente essa capacidade e essa disponibilidade para o efeito. Eu não me alongaria muito mais neste momento, porque hoje temos um momento que eu queria assinalar, mas dizer também e deixar aqui uma palavra, a senhora Presidente tudo fez para estar presente hoje nesta Assembleia Extraordinária, aliás, foi marcada de acordo com a agenda dela, mas teve uma marcação de uma reunião em Lisboa hoje ao final da tarde que provavelmente poderá impedi-la de estar presente durante esta Assembleia, apesar de ter dito que se ela terminasse mais cedo, tudo faria para estar ainda no decurso desta Assembleia, comparecer à Assembleia, mas como eu ia a dizer, eu gostaria de começar a Assembleia ainda antes da dita ordem de trabalhos, de pedir um voto de pesar, porque faleceu um destacado militante do Partido Socialista que foi deputado municipal durante muitos anos, que foi líder de bancada do Partido Socialista nesta Assembleia Municipal, um deputado e uma pessoa muito combativa, muito defensora dos ideais e dos princípios que ele defendia, um dos lutadores pelo 25 de Abril, um homem extraordinário que muito devemos em relação àquilo que foi o trabalho dele em prol do desenvolvimento da escola hoteleira de Portimão, um apreciador de vinhos, um especialista da área muito respeitado, um escanção conhecidíssimo, professor da escola de hotelaria de Portimão e, portanto, Hermínio Rebelo é um nome, é uma figura da nossa cidade, curvo-me perante a memória dele muito aprendi com ele ao longo dos anos que fui autarca e que sou militante do Partido Socialista muito aprendi com ele, acho que todos aprendemos com ele, a sua combatividade, a sua forma de estar na vida e por isso mesmo, não sei se alguém quer dirigir mais alguma palavra, se houver obviamente poderão intervir, se não houver eu pedia um minuto de silêncio. -----

-----Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Natalino António Gomes Alves**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que é verdade, é um momento difícil para quem de certa forma como eu comunguei, enfim, várias discussões, umas concordando, outras discordando, mas era uma pessoa que eu prezava e que ainda há bem pouco tempo, diariamente quase migava com ele o cafezinho e fui surpreendido com o falecimento do nosso amigo Hermínio e, portanto, o Partido Social Democrata acompanha como é lógico este momento de pesar que nos merece a melhor, enfim, ou mereceu a nossa melhor compreensão, dedicação pelos efeitos que de certa forma defendia e, portanto, nada temos a opor como é lógico em relação a este momento que nos entristece e a mim pessoalmente, porque vários anos acompanhei nesta Assembleia o senhor Hermínio e, portanto, nada mais tenho a dizer e o PSD estará certamente todo unido neste momento difícil para a família. Muito obrigado.



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, que iniciou por cumprimentar todos os presentes, e explicar que a bancada da coligação Portimão Mais Feliz associa-se como é evidente a este voto de pesar. Tive o gosto de conhecer o senhor Hermínio Rebelo há muitos anos, conhecer melhor aqui nesta Assembleia, em campos sempre opostos, praticamente sempre em divergência com ele, muitas vezes em divergência um bocadinho acesa até, mas, enfim, sempre com a atitude educada e civilizada de lá fora de conseguirmos ultrapassar estas divergências e essas diferenças de opinião e de nos respeitarmos e de construirmos até certo ponto diriam, enfim, uma relação de alguma amizade e, portanto, é um momento de muita tristeza, a senhora Presidente disse, enfim, resumidamente o que é que o senhor Hermínio Rebelo fez enquanto profissional, faltou se calhar dizer que foi durante muitos anos um destacado dirigente do Portimonense Sporting Clube, com um papel muito, enfim, muito ativo naquela época áurea do Portimonense na Primeira divisão, não é que agora não seja também, mas naquela época em que o Portimonense chegou à primeira divisão e fez realmente um percurso muito interessante e ele foi, da mesma forma que foi aqui um deputado municipal muito acérrimo defensor dos seus ideais, foi também um acérrimo defensor de um dos seus clubes do coração, porque ele também era sportinguista e nessa medida, enfim, curvamos perante a sua memória, lamentamos bastante o seu desaparecimento físico e nesse sentido já tivemos também a oportunidade de transmitir as condolências à família, particularmente aos filhos e é um momento de pesar e de tristeza. Disse. -----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que o senhor Hermínio Rebelo, como já foi dito aqui, muito bem conhecido da cidade, ele conheceu-o muito antes destas lides da política, mas tiveram várias discussões aguerridas, apesar de sermos muito próximos em termos de ideologia, mas o Bloco de Esquerda acompanha este voto de pesar e apresenta as sentidas condolências a toda a família. Tenho dito.

-----Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer que não havendo outras inscrições, vão agora proceder ao voto de pesar, que depois será obviamente dado conhecimento à família, aos seus filhos e à esposa. -----

-----Em seguida, começou por explicar que foi rececionada duas inscrições, para o **ponto 1) da ordem de trabalhos, designado para a intervenção dos cidadãos**. -----

-----Assim, começou por conceder o uso da palavra, ao primeiro cidadão inscrito, **Júlio Cruz**, cuja intervenção se transcreve na íntegra: -----

«Boa noite a todos, é para mim Dra. Isabel Guerreiro, presidente desta Assembleia um grande prazer e privilégio de ter uma única oportunidade de me dirigir diretamente, altas personalidades do mundo da política municipal, assim como aos dirigentes das autarquias em geral, representantes e dirigentes da comissão de desenvolvimento regional etc...-----

A minha intervenção vai se colocar num ponto que talvez alguns considerem um pouco estranho, mas este olhar não diria novo, mas diferente, tem na minha mente um único objetivo é alerta-vos para uma situação



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



que se está a tornar relativamente grave no Algarve. Preparei uma sumula desta minha intervenção, peço desculpa porque não tenho grande hábito de participar neste tipo de reuniões e por isso certamente se eu, não diga me engasgar ou se eu tiver alguma dificuldade na expressão oral peço-vos antecipadamente desculpa, mas é por falta de prática. Esta suma começa por afirmar o seguinte: Sobre o título em Inglês "The Emperor Wears No Clothes" ou em português o "Rei vai nu" o escritor Andersen como sabeis quis mostrar como em algumas circunstâncias a verdade é ignorada. Estou certo, certíssimo mesmo que hoje não me encontro na situação difícil, que é aquela de dizer a um surdo que ele é cego. Vossas Excelências não estão nestas circunstâncias por isso certamente que me poderão ouvir com atenção. Eu queria abordar este ponto da situação a que chegou o Algarve em geral, no que se refere no meu entender à crescente perfusão de pichagens, graffiti que maculam muita vez, muitas vezes definitivamente espaços públicos, mobiliário urbano, monumentos, placas de sinalética, espaços comuns em geral e privados, fachadas comerciais e imóveis com prejuízos avultadíssimos para quem disso é vítima. Eu gostaria aqui, interrogar quem de direito, aqui presente qual é a estratégia prevista neste programa salvo erro intitulado "Algarve 2030" para pôr fim ou pelo menos minimizar este fenómeno que aliás se estende por outras zonas do país. Para um observador atento é fácil identificar, encontrar algumas assinaturas a quilómetros de distância estão certamente lembrados de alguns casos mediáticos da degradação do património por exemplo: As capelas de Fátima, a Alta de Coimbra, de onde eu nasci, recentemente o Aqueduto das Águas Livres etc...etc...-----

É obvio que o Algarve está neste campo em nítida desvantagem comparativamente a outros destinos concorrentes onde os "graffitis" horrendos não existem ou são raros. Salvo em resorts privados que não vou aqui nomear obviamente onde a vigilância policial ou equivalente está presente e é mais apertada. Em extensas zonas algarvias o fenómeno está a tornar, tomar proporções no meu ver preocupantes, exemplos: A zona contígua por exemplo digo eu, do Aeroporto de Faro na 125 etc...-----

A pressão indiscriminada não é certamente a solução por falta de meios etc...-----

Aliás, prova da ineficácia da repressão estão os resultados que são escassos. Eu sugeri já várias vezes, quando tenho em outras ocasiões oportunidade de me dirigir a altos representantes nacionais ou regionais, eu sugeri dizia, várias vezes, que seja realizado um "case study", um case study, para analisar este fenómeno e procurar soluções para o debelar ou minimizar com a participação da Universidade do Algarve, das Autoridades Públicas nomeadamente policiais, Grafiters de renome, representantes das escolas etc...---

Esta reflexão deveria ser coordenada no meu entender pela AMAL, cujos representantes conhecem bem a realidade local. Aqui fica, pois, excelências este breve testemunho, modesto de um cidadão residente que não se conforma com o que vê. Como dizia "Émile Zola" J'accuse no celebre caso Dreyfus. -----

Aqui deixo esta minha palavra com esperança que vossas excelências, pelo menos alguns de vós, possam entender claramente que o Algarve está tornar-se uma zona muito magoada com todos os efeitos diretos ou indiretos sobre o turismo. Resta-me excelência senhora presidente agradecer a vós todos esta vossa atenção e desejar-vos os maiores sucessos na vossa futura missão e agradecer toda a consideração que me foi aqui hoje consagrada. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Queria também acrescentar e esqueci-me de o dizer há pouco, que uma das soluções que eu eventualmente poderia sugerir era que se promova neste programa Algarve 2030 como alternativa a Urban Art ou Street Art para desqualificar as práticas correntes atualmente selvagens. Muito obrigado pela atenção a vossas excelências e todos meus votos de sucesso nesta futura missão. Muito obrigado». -

-----Em seguida, ficou com o uso da palavra, o segundo cidadão inscrito, **Carlos Tavares**, cuja intervenção se transcreve na íntegra: -----

«Muito boa noite Senhora Presidente, muito boa noite Senhores Vereadores, Senhores Deputados e todos os membros das autarquias. Eu estou aqui na qualidade, eu vou, eu esta manhã entrei em contacto com a senhora Dona Paula e fiz uma pergunta para saber se porventura a minha vinda aqui hoje seria oportuna, a senhora dona Paula dado aquilo que me trazia aqui fundamentalmente são três preocupações fundamentais, a senhora dona Paula fez-me o favor de dizer que sim senhor, que seria, em todo o caso eu começaria por esclarecer que estou aqui na qualidade de cidadão, à e ela pediu-me entretanto que se eu podia escrever alguma coisa, eu ao fim da tarde, alinhei aqui alguns pensamentos que vou procurar ler para fazer esta comunicação, neste dia. Portanto eu estou aqui na qualidade de cidadão que elegeu a cidade de Portimão como local da sua segunda habitação e é a primeira vez que me vejo numa reunião camarária e começo desde logo por ficar extremamente surpreendido pelo facto de tão pouca participação dos cidadãos e eu começo pro mim porque é a primeira vez que também venho a uma reunião de...camarária e acho que todos nos temos de interrogar porque é que há esta falta de participação dos cidadãos, começo por me penalizar a mim próprio.-----

Todavia a minha vinda aqui tem por propósito manifestar o meu desagrado e a minha preocupação e critica que procurará ser construtiva pela forma como a Câmara Municipal de Portimão tem vindo a gerir e condicionar a utilização e os acessos à Praia da Rocha, no meu entendimento o ex-libris de Portimão. Cada país e eu vou fazer agora uma breve consideração para afirmar o seguinte cada país tem as suas regras e hábitos culturais associados aos comportamentos e formas de usufruir do bem-estar e tranquilidade que os ...(inaudível) e o mar nos transmitem. É certamente do conhecimento de alguns, de vossas excelências os hábitos que existem por exemplo em França, em Itália ou até mesmo Inglaterra, são diferenciados dos nossos. No nosso país as praias são públicas e livres, contudo nem sempre se tem tido em conta a capacidade de resposta dos recursos naturais continuando-se com impassível filosofia "faz-se agora e depois logo se vê" de quem, de que é exemplo último, a outrora maravilhosa Praia da Rocha hoje em fase de transformação num verdadeiro pesadelo, em terra, na areia e no mar. Vou resumir a minha intervenção à manifestação de três (3) preocupações e três (3) propostas, humildes naturalmente, de resolução.-----

Primeira preocupação: Festival de música no areal, denominado "Festival Afro Nation". A transformação de um espaço público de relaxamento e sossego num outro do tipo "night club" com exploração privada tipo à "Italiana", julgo que alguns dos senhores vereadores e alguns de vossas excelências terão conhecimento que grande parte das praias em Itália não são espaços públicos, são explorados diretamente por empresas, portanto dizia eu que num outro tipo de exploração tipo night club, com exploração privada, com gente a



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



mais, no dizer das vossas comunicações, eu li aqui no jornal, dezenas de milhares de pessoas, com gente a mais e por vezes com comportamentos deprimentes.-----

Por outro lado, a preparação do local como os senhores vereadores terão conhecimento leva vários meses e isso exerce uma pressão enorme sobre todas as estruturas e todos os meios e a própria cidade. Portanto a preparação do local para receber estes eventos tem levado no meu entendimento a outro tipo de problemas, tais como: O nivelamento e compactação do areal, neste momento já nivelado pelo muro do lado da praia, neste momento a areia já está nivelada pelo muro e no lado da Marina, já cobre por completo o muro existente criando as melhores condições de nivelamento para receber a atual passagem superior para a dita praia da Marina, facilitando assim esse acesso por parte das pessoas que vão participar neste evento. No meu entendimento o nivelamento e compactação do areal pode vir a criar novos problemas a curto ou médio prazo ou longo prazo que deriva da circunstância de o aplanamento que se está a fazer da areia, embora eu não seja especialista da área, mas o nivelamento da areia está como que a rampear, está a facilitar o acesso, a subida da água até talvez correndo o risco de a água dentro de algum tempo poder chegar à zona dos passadiços. Porquê? Porque se reunirmos as condições de maré, também os coeficientes de marés, as ruas, umas correntes especiais e um temporal, não ficaria nada surpreendido, nem nenhum de nós penso eu ficará surpreendido, por um dia de facto as águas poderem chegar de facto a essas zonas. -----

Cerca de um terço da frente de praia a partir dos passadiços tem acesso vedado ao público. A área diretamente ocupada representa o equivalente a dez (10) estádios de futebol, parecem-me no meu entendimento, uma área excessiva para este tipo de evento. Foram instaladas entre trezentas (300) a quatrocentas (400) casas de banho nos locais anteriormente ocupados por todos e cadeiras de praia. Gostaria de deixar aqui uma pergunta e à vossa reflexão da vereação e da Câmara de Portimão de quem fiscaliza estes trabalhos? Quem controla o lixo? E o funcionamento destas estruturas móveis de forma adequada, isto é, quando se retira ali os lixos e as casas de banho e os depósitos de recolha, quem vai verificar a qualidade das areias em resultado desta massiva ocupação do areal. -----

Proposta, a minha proposta a minha humilde proposta é mudar o local deste tipo de eventos. Eu como disse inicialmente, escolhi Portimão, cidade de Portimão como a minha segunda habitação, mas há dezenas de anos que visito e ocupo a cidade de Portimão e tenho assistido a vários eventos, já ouvi eventos de música, já tivemos a "Fórmula 1" das embarcações, temos outro tipo de eventos, penso que mudar o local deste tipo de eventos seria desejável e estou convencido que o ambiente agradecia que isso se fizesse. Este modelo de eventos promove a poluição visual, o sonoro, porque é incrível à noite as pessoas, até mesmo as pessoas que estão instaladas nos próprios hotéis pagaram as suas férias e são confrontados com barulhos durante a noite, (inaudível) ...e ambiental naturalmente, nota, a praia não pode mudar de sítio, mas os eventos podem. Portanto fica a proposta, sugestão que eu penso que é perfeitamente realizável de mudar de local. -----

Segunda preocupação. Insuficiência ou ineficaz fiscalização do policiamento do areal por quem aqui mora. Como certamente muitos dos senhores aqui presentes, das pessoas aqui presentes, têm consciência de cães na praia, é uma frequência diária, constante e permanente. Assiste-se hoje, eu tive ocasião de ainda ontem



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



vir uma pessoa de bicicleta a passear dois (2) cães, passando-se pelo passadiço porque agora não se pode passar no areal devido aos limos que começaram a retirar desde o princípio da semana passada, então as pessoas agora passam pelo passadiço com os cães, eu chego a ver pessoas com a trela provavelmente pagando um serviço com quatro (4) e cinco (5) cães. Não sou só eu a ver, certamente todas as pessoas vêm.

Vou já concluir senhora presidente, vou só concluir. Falei na primeira preocupação, agora estou a falar insuficiência, na falta de eficácia da fiscalização. O que é que eu proponho: Proponho que se desindoor (não se percebe a palavra/Inaudível) os cartazes, a sinalética existente que proíbe a circulação de cães que frequentemente é vandalizada ou retirada ou virada ao contrário, é o mesmo acontecendo com os motociclos é inadmissível que a pessoa vá passar um passadiço, leve com uma bicicleta ou com uma trotinete, ou uma criança que vá descalça pelo passadiço onde acabou de passar um canídeo, onde largou as suas fezes ou, ou a sua urina.

Terceira preocupação, tem haver com o frequente ou de quando em vez mau cheiro em algumas ruas e locais da Praia da Rocha, refiro-me concretamente à Avenida Tomás Cabreira, à Bartolomeu Dias e à Luís Bivar que são aquelas que eu percorro mais regularmente, portanto gostaria de chamar à atenção para isto, isto achoe que se resolve com uma intervenção e tudo o mais. Por último, uma nota só para manifestar uma preocupação desta que eu penso que poderá resultar desta pressão que é exercida sobre a praia e sobre os meios, estes milhares de pessoas que aqui entram. Por um lado, é o consumo de água que cada vez é um bem mais escasso para o nosso país e para a humanidade em geral e por outro estou a assistir do ano passado a esta parte uma uma tendência que me deixa preocupado é começar a ver os estabelecimentos comerciais nomeadamente restaurante com esplanadas a pedir dinheiro por um copo de água, eu não sei onde é que isto nos leva. Mas eu penso que isto não é um problema camarário, há de ser um outro problema num outro nível, mas isto é algo para que devíamos olhar com atenção porque há algum fenómeno que está a gerar isto, por outro lado e por último mesmo, uma outra questão que também me preocupa que é frequentemente a pessoa é olhada de lado, quando não leva dinheiro para pagar porque só se exige, vai-se mesmo ao deslante, bem sei que isto é provavelmente algo de poder camarário mas provavelmente terão forma de fazer chegar a quem de direito esta preocupação. Eu há anos anteriores vi a fiscalização na praia a ver quem tinha a toalha ao lado ou uma cadeira a mais e constar que vários estabelecimentos comerciais que exibem um cartaz "só se aceita dinheiro" isto também me preocupa, deve ter a ver com os tempos e com as alturas. Eu peço desculpa desta intervenção, agradeço a vossa atenção e não levem a mal, o sentido das minhas palavras é positivo, não é negativo é para construir e não para destruir. Muito obrigado a todos».

-----Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer que agradece a intervenção do cidadão e só pedagogicamente explicar. A sua intervenção será dado conhecimento ao executivo municipal, que obviamente conhece a situação, mas que depois será nos diversos níveis de propostas que foram feitas, depois será analisada obviamente pelo executivo. Obrigada.



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



-----Vamos agora reiniciar o período da ordem do dia propriamente dito, portanto, o período da ordem do dia, eu permitam-me agradecer mais uma vez a presença e dizer que efetivamente entre o período em que foi pedida a reunião e a realização da reunião, a CCDR do Algarve a exemplo das outras a nível nacional, está numa mudança de paradigma e de regime, uma vez que recentemente foi aprovado o decreto-lei nº. 36/2023 e que vem de alguma forma mudar as competências e mudar até a sua estrutura, era uma estrutura desconcentrada do estado e passa a um instituto público, portanto com personalidade jurídica, autonomia, etc. e, portanto, há um movimento de descentralização de competências da administração central e nas CCDR há uma revolução que neste momento está a acontecer. Por outro lado, também, e têm agora digamos que os estatutos para serem aprovados, etc. portanto, tudo é uma novidade. Mais, tem também a CCDR Algarve, a responsabilidade de adequar um novo PROTAL com dois anos e, portanto, está tudo a acontecer ao mesmo tempo, na CCDR e, portanto, não é fácil, mas é isso que, no fundo, mas isto para dizer, há quinze dias atrás ainda não tinha acontecido o diploma, agora aconteceu e, portanto, há coisas que estão a mudar no dia-a-dia e, portanto, nós temos a oportunidade de ouvir as novidades mais novas digamos assim, relativamente a esta matéria. E agora, antes mesmo de passar, o que eu queria só explicar era o seguinte. Portanto, vamos ter um período inicial de intervenção do senhor Presidente da CCDR, que vai fazer uma apresentação daquilo que são, aquilo que entende obviamente e depois haverá um período de discussão política propriamente dita ao nível do debate municipal dos senhores deputados municipais e eventualmente do executivo se assim o entender e depois haverá, em que farão as suas intervenções, haverá um período digamos assim de resposta final também do Conselho Diretivo da CCDR. E passava obviamente a palavra ao senhor Vice-Presidente, Presidente neste momento em exercício de funções. -----

-----Ficou com o uso da palavra, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e explicar que gostava em primeiro lugar de agradecer, sobretudo o trabalho que o senhor Presidente e todo o Conselho Diretivo tem feito com as autarquias todas do Algarve, tem essa certeza e com Portimão, a maneira com que sempre atenta e que lhes está sempre semana a semana a mandar relatórios de execução para os incentivar a que concorram, a que as coisas andem a tempo e a horas e, portanto, gostava no início desta apresentação de deixar aqui uma palavra de apreço a tudo o que a CCDR tem feito e a agradecer muito o trabalho, porque isto também é uma mais-valia e, aliás, hoje os setenta por cento que têm de execução a nível do projeto nesta autarquia, muito se deve também ao esforço que tem sido implementado pela CCDR. Portanto, gostava de deixar esta nota senhora Presidente. Muito obrigado. -----

-----Ficou com o uso da palavra, o senhor Presidente da CCDR Algarve Dr. **José Apolinário**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e explicar que em primeiro lugar eles querem agradecer a disponibilidade para esta reunião. Queremos dizer também que enviámos uma apresentação de um PowerPoint sobre o qual também estamos disponíveis para eventuais pedidos de esclarecimento posterior se for o caso, uma vez que tentarei aqui acelerar o tempo para ver se me consigo controlar, portanto, os



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



vinte minutos. Depois, quero também agradecer penhoradamente a disponibilidade para esta apresentação e esta reunião, dizer também que para nós obviamente é um compromisso que nós assumimos, em 2020, na sequência da alteração legislativa primeiro do governo, depois da Assembleia da República e da alteração legislativa que passou, em que o procedimento de indicação do Presidente e dos Vice-Presidentes, passaram por um compromisso, em que um colégio eleitoral de autarcas em primeiro lugar vota o Presidente e nesses autarcas têm presente o Presidente, os vereadores de Câmara, os membros da Assembleia Municipal, os presidentes de Juntas de Freguesia, que um dos Vice-Presidentes é indicado pelos autarcas e, portanto, é votado pelos presidentes de Câmara e no caso da outra Vice-Presidente, é designado por comum acordo. Como é sabido, houve um compromisso político aqui também na região entre autarcas do PS e do PSD e nós, esta lista foi subscrita por autarcas do PS e do PSD, embora nós também tenhamos mantido um compromisso de abertura com a CDU, portanto, nomeadamente com a senhora Presidente da Câmara de Silves e nós assumimos desde o início que ao longo do mandato pediríamos sessões para prestar contas, prestar contas no sentido do que está a fazer a CCDR, qual é a estratégia em relação ao alojamento regional e como é que se colocam em relação aos fundos do Portugal 2030, aliás aqui já foram referidos numa intervenção do público que saúdo. -----

-----Depois, dizer também que nós no quadro das nossas responsabilidades, portanto além de eu próprio, do arquiteto José António Pacheco, da Dra. Elsa Cordeiro e como Vice-Presidentes neste quadro, uma vez que há um reforço das nossas responsabilidades, persuadir também nos fundos europeus geridos na região, que são setecentos e oitenta e um milhões de euros no total, há uma presidência que é inerente que é assumida por mim, há um vogal em termos de executivos, que é o Dr. Aquiles Marreiros e há um vogal não executivo, que é o Presidente da Comunidade Intermunicipal, Dr. António Miguel Pinho. E por isso é neste cenário, é neste quadro que eu queria aqui apresentar. Portanto, eu partilhei esta apresentação, eu iria tentar digamos aqui acelerar esta parte inicial e depois centrar-me mais sobre as opções estratégicas. ---

-----Bom, a parte inicial baseia-se em primeiro lugar naquilo que é o programa do governo constitucional, que é no sentido de promover a progressiva integração de diferentes serviços concentrados no âmbito da CCDR e isto que eu estou ali a partilhar é o que está no programa do governo, também citar que, digamos que a missão da CCDR com o decreto em termos daquilo que é a nossa capacidade de intervenção, este decreto mais recente veio mudar de natureza, passámos de serviço de administração direta do estado desconcentrado para um serviço da administração indireta do estado. -----

-----Dizer que, já agora também dar nota, dizer que este movimento da necessidade de se promover uma reforma da administração do estado no território é um movimento que tem relativo consenso nacional. Por vezes há dissensos mais sobre o protagonismo do que sobre a matéria em si. Se formos lá bem atrás e formos ver aquilo que foi a intervenção aquando da aprovação do programa de governo da aliança democrática, o Dr. Francisco Sá Carneiro, defendia em janeiro de 1980 que só poderia haver progresso com uma reforma da administração pública e, portanto, está aí claramente, Sá Carneiro sempre defendeu essa reforma da administração pública como estruturante do ponto de vista da organização do estado. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



-----O programa do governo que aqui é colocado, uma vez que não há consenso político entre os dois partidos mais representativos sobre o tema da regionalização pese embora todos os recursos, é um processo que passa pela organização dos serviços concentrados, dando maior eficiência e articulação. Como disse a senhora Presidente, desde o momento em que fizemos este projeto até agora, saiu agora este decreto-lei que nos transforma em instituto público, com um conjunto de atribuições, eu não vou aqui detalhar, só queria destacar nestas atribuições os seguintes aspetos em termos de funcionamento. -----

-----Em primeiro lugar, um reforço da coordenação das políticas públicas entre as diferentes áreas governativas no âmbito do chamado Conselho de Coordenação Interserviços, portanto, no fundo, juntando todas as áreas governativas à mesma mesa. -----

-----Em segundo lugar, a criação de um balcão único de pedidos e este balcão único pode reunir, se houver processos para tal todas as semanas e desde logo passando por este balcão único, portanto de forma presencial, todos os investimentos superiores a três milhões de euros, todos os investimentos com fundos europeus, todos os investimentos com avaliação de impacto ambiental. -----

-----Depois, a existência de um contrato-programa, portanto o estado vai estabelecer com cada CCDDR um contrato-programa, em que define quais são digamos as linhas de orientação sobre as quais temos que desenvolver a nossa atividade em função das áreas que nos são delegadas, isto é, o mecanismo do instituto público não nos permite, não nos coloca aqui, cada um de nós faz a lei à nossa maneira, portanto nós temos que cumprir um contrato-programa, esse contrato-programa será celebrado em princípio porventura firmemente provavelmente em outubro, está a ser preparado, porque até lá há uma fase ainda inicial que passa por aprovação dos estatutos e a integração de serviços. No imediato a integração de serviços da agricultura e pescas, depois serviços da cultura, não os relacionados com os momentos em si, mas os serviços da cultura e de apoio da aquacultura na região, também de articulação dos serviços de educação e também de licenciamento da atividade económica. -----

-----O Conselho Diretivo poderá ser alargado até cinco, até mais dois Vice-Presidentes, portanto até cinco pessoas no total, atualmente somos três, desde que respeite também sempre o princípio da paridade de género, isto é, tem que haver pelo menos ou três mulheres e dois homens, ou três homens e duas mulheres. Haverá um contrato de gestão em termos de objetivos para esta figura de Conselho Diretivo e eu passei aqui, vou passar aqui mais acelerado, mas digamos aqui é a transcrição do diploma que acabei de referir e que saiu, portanto, foi publicado, foi promulgado pelo senhor Presidente da República e referendado pelo governo. -----

-----Queria agora também dar conta de, em relação àquilo que é neste momento, aquilo que é a nossa missão, dizer também o seguinte. Vamos lá ver a missão da Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional, tem uma componente de articulação das políticas de âmbito regional, que com um novo diploma se pretende reforçar, tem uma componente de organização interna de um serviço e, portanto, do funcionamento do serviço, tem a componente de acompanhamento das políticas de ambiente e ordenamento do território, nós nessa área respondemos com o Ministério do Ambiente e ordenamento do



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



território, tem uma componente de apoio às autarquias locais juntamente com a Direção-Geral das Autarquias Locais, tem um acompanhante de apoio aos órgãos de comunicação social, local e regional, tem uma componente de cooperação transfronteiriça, portanto no âmbito da convenção de Valença, nós somos parceiros juntamente com as autoridades regionais no desenvolvimento de projetos de cooperação transfronteiriça, no caso com a Andaluzia, no caso aqui na nossa região até temos uma pequena, temos um processo inovador, porque desde há alguns anos temos trabalhado numa lógica de Euro Região, há, portanto, Andaluzia, Algarve, Alentejo, em que nós dizemos região triplo A e que visa, digamos tem projetos comuns e de cooperação muito interessantes. -----

-----Aqui, enfim, é o nosso código de conduta, aqui é a nossa estrutura, nós neste momento temos cento e seis pessoas, porque se aposentou uma na sexta-feira passada, mas tínhamos cento e sete pessoas, incluindo os três da presidência, foram setenta e sete licenciados, portanto maioritariamente do sexo feminino, temos uma forte componente digamos técnica na nossa estrutura. Temos vindo também e também queria deixar aqui esse destaque, a desenvolver um trabalho na área da formação, da formação contínua com os nossos trabalhadores em rede com as autarquias, em rede com outros serviços concentrados, esta matéria tem sido sobretudo tratada pela Vice-Presidente Dra. Elsa Cordeiro, mas ainda tem em vista, tem o objetivo de procurarmos capacitar melhor os nossos técnicos e aquilo que é a nossa capacidade de resposta. -----

----- Quería também aqui passar que, em relação à parte de ordenamento do território, temos a missão de articular com as autarquias e diferentes entidades o processo de revisões do PDM. -----

-----Aqui está o ponto de situação em relação ao processo de revisão do PDM. Nós temos até ao fim do ano que ter a submissão dos processos de revisão e a sua aprovação, e ali está o ponto de situação em relação aos diferentes municípios no Algarve. Acompanhamos também as áreas de avaliação de impacto ambiental, portanto no caso há matérias em que a autoridade DAIA é a CCDR, há outras em que a autoridade DAIA é a APA e ali, portanto temos digamos também aquilo que é os processos que acompanhamos, da nossa parte só sublinhar um aumento muito dos processos de avaliação de impacto ambiental que passam pela CCDR. -----

----- Quanto a dados, digamos sobre o quadro de partida para a região, sobre os fundos europeus e partilhar convosco digamos algumas opções que colocámos. Portanto, nós no Portugal 2020, portanto com um prazo de execução até dezembro de 2023 nós éramos responsáveis por fazer uma gestão de trezentos e dezoito milhões de euros, foram executados quarenta e dois por cento até ao final de 2020 e temos como missão executar cinquenta e oito por cento de 2021, 2022, 2023. À data de hoje, temos submetido validades de setenta e oito por cento, temos no sistema, portanto isto é submetido nos diferentes organismos intermédios cerca de dois e meio por cento e, portanto, de grosso modo temos por executar sessenta e quatro milhões de euros até ao final do ano. Aqui é uma panóplia também digamos de um dos projetos que nós temos de apoio às microempresas e a sua distribuição geográfica. Este gráfico revela mais o alinhamento com a estratégia regional de especialização inteligente e, portanto, há aqui um ponto que



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



também, eu julgo que quem está familiarizado com esta matéria conhece, mas importa aqui sublinhar, os fundos europeus não se destinam a substituir os orçamentos do estado nem os orçamentos dos municípios. Os fundos europeus estão alinhados em primeiro lugar com objetivos estratégicos da sustentabilidade, de transição digital e em segundo lugar contratos das empresas têm que ter um efeito de incentivo e, portanto, em termos técnicos e de fundos tem o princípio, o chamado princípio da adicionalidade, aqueles fundos têm que adicionar e, portanto, tem que haver um efeito de adicionalidade da utilização daqueles fundos e em termos de estratégia tem que estar alinhado com a estratégia regional de especialização inteligente e que tem de ter um efeito de incentivo, portanto, porque não substituem à tesouraria nem à capacidade de empréstimo ou da banca que tenham as empresas. -----

-----Estes slides seguintes são a evolução da execução também do âmbito do POCTEP, da cooperação transfronteiriça que também é gerido por nós, e aqui e tentando agora fazer em dez minutos aqui meter o Rossio na Betesga, queria, portanto, dar aqui, quero partilhar aqui um enquadramento das verbas que temos para gerir na região, digamos até 2029. Portanto, nós o ponto de partida e queria deixar aqui sempre esta referência, é a seguinte. Nós somos região de transição. O que é que isto significa? Muitas vezes dizemos região rica. Não, há a região já de competitividade, Lisboa e Vale do Tejo, há regiões de transição, Algarve, há regiões de coesão, mas de mais do continente, exceção de Lisboa e Vale do Tejo, entendamos, que é de competitividade e tudo isto se faz em função do PIB, pronto. E o que é que nós temos? Nós temos que, nós subimos significativamente na década até 2008, depois com a primeira crise, com a crise das dívidas soberanas regredimos, depois voltámos a subir e depois voltámos a descer com a pandemia. Em termos dos técnicos da posição da Comissão Europeia é um pouco a ideia que estamos na armadilha digamos do desenvolvimento crítico, isto é, no fundo, não conseguimos chegar aos cem por cento. Portanto, há aqui, e este é um dos desafios que temos para a nossa região. -----

-----Queria aqui partilhar como é que evoluiu a população, aumentou a população, mas aumentou a população, sobretudo no litoral, quer dizer, nós aumentámos mais de quatro por cento a nível, entre 2011 e 2021, mas regredimos quatro ponto cinco na baixa densidade e no interior. -----

-----Depois, aqui partilhar sobre a evolução das qualificações e o alinhamento com a base dos direitos sociais. Aqui é um dos pontos críticos que nós temos na região. Nós temos quando o referencial, o indicador entre os trinta, trinta e quatro anos, nós temos trinta e quatro por cento com a formação a nível do ensino superior. A nível nacional está nos quarenta. Porque se olharmos entre os dezoito e os vinte e quatro anos, nós temos vinte e quatro ponto cinco por cento dos nossos jovens com um curso de ensino superior e a nível nacional está próximo dos quarenta. Portanto, a questão das qualificações, ou o tema das qualificações, é um tema crítico para o quadro do desenvolvimento e queria, portanto, aqui sublinhá-lo e partilhá-lo. -----

----- Depois, isto tem consequências também sobre o modelo e também sobre o modelo salarial. Aquele quadro que ali está, quero sobretudo destacar aquilo que foi a evolução do rendimento médio, comparando entre 2011 e 2020. Agora, como já está há muitos anos, já não me lembro se aquele é de 2020 se é de



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



2021, e que aumentou sensivelmente três para seis ponto três em diferença entre a média nacional e a média na região. -----

-----Depois, aqui uns investimentos em ID. Pronto, não é possível defender resiliência nem aumentar resiliência, nem competitividade sem aumento do investimento em inovação e desenvolvimento. Para termos uma ideia, nós durante a década passada tivemos sempre investimentos em termos medidos, em função do PIB gerado na região entre zero vírgula quarenta e um e zero vírgula quarenta e quatro por cento. Depois, com a pandemia subimos para zero vírgula quarenta e nove por cento no ano 2020, embora tenhamos aumentado em termos de valor absoluto, depois regredimos para zero quarenta e oito, enfim, este é um foco muito importante para a competitividade da região, temos que aumentar o investimento em ID e nomeadamente apesar da inovação empresarial ter aumentado um bocadinho, aqui têm um mapa, tem um gráfico sobre a comparação com as demais regiões em termos de inovação empresarial. -----

-----Estes dados, é sobre a água, só isto mais sobre o programa e, portanto, nós chegamos ao programa, nós construímos o programa aqui com muita colaboração, com grande parceria, quero por todos destacar aqui o trabalho do Dr. Aquiles Marreiros, que foi o coordenador da elaboração da especialidade sobre o programa, mas fomos recolhendo muitos contributos da universidade, partilha com as autarquias, de muitos consultores, construímos a partir deste eixo, pessoas, empresas, território. Utilizámos também toda a informação possível, um trabalho que tinha sido feito pela AMAL sobre como utilizar, digamos o aumento de trezentos milhões de euros em termos de verbas, o alinhamento com as prioridades do regulamento do FEDER, fundo europeu de desenvolvimento regional e fundo de coesão e, portanto, construído a partir das pessoas, empresas e território e construído no caso das empresas a partir da especialização inteligente, partindo dos efeitos do consolidado, nomeadamente do turismo e economia do mar, mas partiu depois para lógicas complementares e transversais. Vamos lá ver, o turismo é a nossa mais-valia e é a nossa especialização e, portanto, nós nas condições que temos em termos de turismo, mal fora se não aproveitássemos o turismo. O que nós entendemos e o que temos sempre valorizado aqui é que o turismo tem que ser trator mola para outras atividades, tem que puxar a outras atividades e é dentro dessa lógica que é construída a estratégia de especialização inteligente. -----

-----Podia dar aqui uma nota, eu quero aqui dar uma falha, há pouco estava e partilhei e quero saudar também a Assembleia Municipal por esta homenagem ao Hermínio Rebelo, mas há pouco estava a ouvir a senhora Presidente e estava-me a recordar como vi várias vezes o Hermínio a apresentar a confraria do vinho e como fazer lá o corte da garrafa e as iniciativas que fazia sobre a importância de dinamizar o enoturismo. Bem, nós hoje temos uma comissão vitivinícola que tem cinquenta sócios, bem satisfeito estaria, estará sem dúvida o Hermínio que também contribuiu para essa dinamização do vinho. Lembro-me de muitas iniciativas que o já falecido Carlos Silva e Sousa, mas também muitas iniciativas dessa área, mas, portanto a ideia é o turismo como alavanca e como trator em relação a outras atividades. Pronto, o nosso programa desenvolve-se em setecentos e oitenta milhões de euros, portanto quatrocentos e oitenta seria aquilo que nós teríamos direito pela atualização dos diferentes fatores, mais trezentos milhões de



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



euros do valor suplementar. Estes setecentos e oitenta milhões de euros são aqueles que são geridos em gavetas na região. Aqui, o plano de eficiência hídrica que são duzentos milhões de euros não tem a ver com estes setecentos e oitenta, somam euros, portanto é verba do PRR e tudo o que forem projetos apoiados pelo plano de recuperação e resiliência também não se enquadra nestes setecentos e oitenta milhões de euros. -----

-----À data de hoje, chegou-nos informações dos polos, no PRR terão sido aprovadas até agora cerca de trezentos e sessenta milhões de euros no Algarve, portanto isto significa que o maior desafio que nós temos daqui até 2029 é executar esses setecentos e oitenta mais os duzentos milhões de euros no plano de eficiência hídrica, mais os trezentos e sessenta milhões de euros já aprovados do plano de recuperação e resiliência para os diferentes beneficiários. Portanto, nós fizemos, o programa dirige-se nestes eixos, isto basicamente é o eixo um, tem a ver com empresas, inovação, competitividade, nós temos também ali digamos aquilo que é na soma entre o eixo um e o eixo dois, o eixo dois é a sustentabilidade aquilo que se dirige às empresas, nós somos dos, enfim, julgo que somos o único programa regional que colocámos muito na sustentabilidade também projetos para as empresas, nomeadamente na economia circular, nomeadamente na reutilização da água, na eficiência energética, mas quer dizer, a nível nacional o Portugal 2030 tem trinta e um por cento para a componente B que é a de sustentabilidade. Nós temos mais de quarenta por cento e fica bem alinhado aqui a nossa valorização da componente de sustentabilidade. Depois, temos a componente de qualificações e a componente de política de proximidade. Eu não vou passar aqui esta parte em detalhe porque senão vou levar aqui mais meia hora, mas todos têm, portanto, acesso, só quero chegar aqui a esta componente dos instrumentos e depois a um desenvolvimento mais dos... tenho que voltar aqui atrás só para dar aqui um enquadramento no dois e depois no quatro. -----

-----Bom, nós queremos assumir o seguinte. O governo permitiu-nos que nós em cada uma das regiões pudéssemos discutir com a Comissão Europeia prioridades. Portanto, nós seguimos um documento chamado estratégia 2030, que tinha sido aprovado em setembro de 2020, portanto ainda antes de tomarmos posse e seguimos depois todo o conjunto de contributos e procurámos fazer, como disse, procurámos fazer assim, temos aqui estas propostas, vamos lá alinhar com as prioridades da Comissão Europeia como é que aqui nos organizamos. Pronto e, portanto, no eixo um já expliquei é um eixo muito centrado nas empresas e competitividade, temos aqui alguma verba, por exemplo, para centros tecnológicos, temos aqui uma verba muito importante que quero aqui destacar que são quinze milhões de euros, que é a verba digamos que foi indicada de nível nacional como a necessária para ser a fonte de financiamento para reforçar a cobertura digital na região. Nós ainda temos uma cobertura digital na ordem dos oitenta e quatro por cento, portanto temos ainda dezasseis por cento do território com má cobertura digital e dentro do concurso 5G, enfim, que agora tem sido muito badalado na comunicação social, há uma componente para o financiamento e nós temos quinze milhões de euros para essa componente de digital.

-----Depois, no eixo dois, que é onde nós temos aqui mais apostas, nós temos aqui previsto verbas que vão desde complemento em relação a eficiência hídrica, energias renováveis, portanto, comunidades



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



energéticas e áreas de acolhimento empresarial, redução que são efeitos de poluição, mobilidade sustentável. Aqui, dizer que nós batemo-nos para que aquele que é ali o ponto dois ponto sete fosse identificado como um projeto estruturante, alocar oito milhões de euros para um projeto de descarbonização do porto de Portimão. É um projeto que tem que ser tomado, digamos tem que ter como beneficiário e tem que ser realizado pela administração do porto de Sines e Algarve, porque enfim, nós somos a entidade gestora e somos quem planeia, não somos nós que vamos executar, mas tem que ser tomado pela APS que é a responsável e o objetivo é antecipar um processo em que a nível europeu se aponta como para 2035 e nós gostaríamos de contribuir para antecipar, que é assim, que era como no porto de Portimão, os navios cruzeiros quando estão acostados possam estar ligados a fontes de energia e não ter os motores a emitir para a atmosfera. Hoje, aliás saiu um estudo sobre Lisboa e Funchal, sabemos também que aqui este tema é um tema sempre muito sensível, porque quando se fala na ampliação e alargamento do Porto vem sempre a questão da poluição e, portanto, este é um ponto que eu queria aqui deixar, porque foi, aliás, muito difícil, porque na altura tínhamos no dois ponto oito, depois não queríamos que pusessem no dois ponto oito e o Aquiles que teve uma reunião em Bruxelas já, não foi no século passado, mas foi no ano passado, em que esta parte foi discutida para salvaguardar este plano, mas agora essa iniciativa está garantida, o financiamento depende da APS. -----

----- Depois, no dois ponto oito, a verba mais significativa ali é para desenvolver um sistema de BRT em torno do aeroporto, universidade de Faro e Loulé-Olhão, mas também, portanto, sensivelmente dois terços do dois ponto oito e depois um terço para mobilidade urbana sustentável para ciclovias. Este é digamos o que está ali naquela componente do dois. No ponto quatro, quero destacar aqui também alguns investimentos que nós considerámos estruturantes em termos de escolhas. Bom, primeiro, nós batemo-nos para que a universidade fosse beneficiária, no sentido que os fundos pudessem financiar estruturas, edifícios da universidade desde que para dinamizar cursos técnicos de ensino superior diversificação da base económica e nós sustentámos com base naqueles dados que há pouco referi que primeiro, a universidade não tinha estruturas para dinamizar essa formação e precisava de novas estruturas, e aquilo que articulámos com a universidade é que havia aqui fontes de financiamento para dois edifícios, um edifício em Faro, em Gambelas para a área de informática e um edifício em Portimão, permitindo relançar o tema do campus de Portimão, e essa matéria foi também acertada com a universidade e a matéria com a universidade terá agora que tratar com o município. -----

-----O outro ponto que também quero aqui destacar nesta apresentação e neste frame, tem a ver com um centro oncológico de referência a Sul, isto é, nós na área da saúde, entre reforçar os cuidados de saúde primários e ter uma opção para ter aqui um investimento para um centro oncológico, optámos por nos bater para um centro oncológico, há uma desigualdade de respostas em que o Alentejo e o Algarve estão numa posição muito desfavorável em relação ao resto do país, como sabem, grande parte dos tratamentos, o hospital, o CHUA, o Serviço Nacional de Saúde, despendem entre quatro e cinco milhões de euros ano para estes tratamentos, esses tratamentos são feitos em Lisboa ou em Sevilha e nós aqui mobilizámos verbas



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



para um centro oncológico junto ao futuro hospital central, o município de Loulé e Faro, aliás já cederam o lote, essa era outra referência que queria aqui deixar nestas escolhas. -----

-----O ponto cinco e as políticas de proximidade tem a ver com o seguinte quadro. Pronto, este programa tem toda aquela componente que nós ali chamámos eixo um, eixo dois e eixo quatro em termos de qualificações e, portanto, aqui estamos nas qualificações, deixar aqui duas notas. Nós não tínhamos no PT2020 verbas para cursos técnicos de ensino superior, portanto que são aqueles cursos de curta duração de quatro semestres, não estava previsto no quadro, agora neste que nós mobilizámos, na verba que vai permitir fazer pagar quatro mil cursos técnicos de ensino superior delineados com diversificação ao longo dos sete anos e, por outro lado, também não tínhamos um programa de apoio ao sucesso educativo desenvolvido em articulação com os municípios e também aqui vamos ter um programa de apoio ao sucesso educativo. E neste quadro nós iremos ter um chamado, o pacto contrato de delegação de competências com a AMAL, que tem a ver com áreas de proximidade, porque são políticas de proximidade, apoios à educação, à cultura, investimentos de saúde, portanto é uma proposta que tem que ser, digamos articulado entre nós e a AMAL, depois temos uma componente que é de apoio ao desenvolvimento de recursos endógenos que tem sido sobretudo uma componente de valorização de recursos endógenos em várias áreas do território em particular no bairro que está ali no interior, nas redes urbanas, as redes urbanas são processos, digamos são redes a nível supra regional a nível de regiões supra NUTS III, que nós temos, nós fechámos, no sentido de se desenvolver a partir dos dois polos previstos no plano do programa nacional de plano POT, isto é a partir de Faro e Portimão e que têm que ser projetos em rede, em cooperação com outras cidades e outras redes a nível nacional. -----

-----A ITI Água e Paisagem, é uma intervenção inovadora que temos com o Alentejo e que envolve sobretudo freguesias e interior da região, no sentido de aumentar a resiliência para áreas que permitam melhorar a paisagem e melhorar a retenção de água e qualificação em termos de fontes no interior. E este é o quadro final de alinhamento com as diferentes ITIS e com as diferentes áreas de intervenção e as diferentes distribuições pelos diferentes eixos. E em termos muito sintéticos, é isto senhora Presidente, mas quero deixar esta nota. O nosso papel neste momento foi negociar este programa e agora é colocá-lo em todo o terreno. Neste momento já estão abertos os avisos para os cursos técnicos de ensino superior a quem concorrer a universidade, portanto o politécnico e estamos a ultimar os concursos para os territórios educativos de intervenção prioritária que é com as escolas. Também temos aberto os avisos para a inovação produtiva com uma verba inicial indicativa, quer para o interior, quer para o litoral. -----

-----Os passos seguintes são colocar com avisos específicos algum destes desafios. Temos vindo a procurar trabalhar para que envolver a universidade em alguns destes projetos, nomeadamente no domínio da eficiência no meandro da descarbonização da eficiência energética, mas também da valorização cultural, e contamos sobretudo com o envolvimento da região, porque como vos disse há pouco, o maior desafio que se coloca à região é ter empresas e parceiros para executar as verbas, quer em termos de capacidade da realização, quer em termos depois também de todos os procedimentos administrativos. Muito obrigado,



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



senhora Presidente. Ah, e estou à disposição para as questões que entenderem colocar, eu e os meus colegas. -----

-----Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, muito obrigada pela sua intervenção, cumpriu os trinta minutos que tinham sido consensualizados portanto, e mesmo que não cumprisse, mas foi isso que foi solicitado e foi isso que foi executado. Portanto, em termos de execução de tempo estamos bem. Portanto, abriria as inscrições, daria a palavra aos senhores deputados municipais que queiram intervir para depois existir um momento de uma segunda ronda de respostas para todas as questões que queiram colocar e eventualmente, em vez de fazer só no final, intercalarmos algumas questões e depois responder. Façam favor. -----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/ Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, para dizer que vai passar às questões. Quero agradecer aqui a intervenção do senhor Presidente do Conselho Diretivo da CCDR, agradecer a disponibilidade por virem cá prestar contas, é muito importante e temos aqui muitas questões, enfim, eu começaria por dizer que rendido aqui o PowerPoint que nos enviaram e que agradecemos com todo o interesse, notamos aqui praticamente a ausência de referências e de dados sobre a execução do PRR, que é uma das matérias que nos preocupa bastante e, portanto, perguntava-lhe diretamente e gostava que nos desse essas informações atualizadas ao dia de hoje se fosse possível, ou à data mais recente possível, na região, o ponto de situação e perspetivas, ponto de situação da execução do PRR, portanto projetos aprovados e valores eventualmente autorizados para pagamento, perspetivas nos próximos meses em relação à execução, prioridades em relação a estes projetos, em que áreas é que eles foram aprovados e concretamente em relação à sub-região do Barlavento que projetos é que temos aprovados e o horizonte para o pagamento desses projetos que foram aprovados. -----

-----Depois, falou do decreto-lei 36 de 2023 e era incontornável que o fizesse, enfim, o PowerPoint também já apontava nesse sentido, mas o senhor Presidente não falou aqui da resolução do Conselho de Ministros 79/2023, que é muito importante do nosso ponto de vista, porque como sabe, vem exigir, ou vem impor a alteração e a recondução a programas, neste caso o PROT Algarve do PROTAL, e o PROTAL aqui assume do nosso ponto de vista um peso e uma importância fundamentais, porque de acordo com a nova, a nova que já tem alguns anos, a lei da política pública de solos, aquilo que eram os planos, agora programas passam a ter uma componente eminentemente estratégica e que é fundamental aqui na nossa região e na definição daquilo que são as prioridades, ou serão as prioridades de desenvolvimento da região no futuro e, portanto, perguntava-lhe concretamente quais são os horizontes temporais que a CCDR prevê para fazer essa alteração e recondução ao programa do PROT e como é que será feita, enfim, como é que será feita a preparação desse documento. -----

-----Depois, aqui algumas questões mais concretas em relação a questões que falou aqui e que eu gostava que aprofundássemos. Slide vinte e sete da vossa apresentação. No CRESC 2020, eu olho com preocupação que a maior parte dos projetos aprovados e dos fundos aprovados, trinta e um e quarenta e



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



nove por cento, se vi bem respetivamente, são na área do turismo. Isto gera-nos aqui uma preocupação que tem que ver com o tal objetivo que falou e bem e que é comum aqui à bancada da diversificação económica da região e, portanto, quando há aqui um peso tão grande no turismo nestes instrumentos, como é que se consegue essa diversificação. -----

-----Depois, a questão que falou também, eu tinha aqui anotado ainda bem que falou, eixo dois B ponto dois oito, a questão da mobilidade urbana multimodal sustentável. E disse, se eu aponte bem, que dois terços são para o tal projeto do metro de superfície que afinal não é um metro de superfície, será um autocarro numa calha, dois terços são para esse projeto e eu pergunto, aliás, discutimos isso aqui na última Assembleia Ordinária, porque trouxemos cá uma moção sobre isso que o PS chumbou, e onde é que fica o Barlavento algarvio e os concelhos do Barlavento algarvio neste projeto, porque mais uma vez o privilégio digamos assim e orientação do investimento é para o eixo central do Algarve. -----

-----Depois, para abreviar, porque o tempo é curto, queria que me falasse aqui também sobre a questão da transformação digital da economia e das empresas, nomeadamente no slide quarenta e sete, fala-se em transformação digital, ou melhor, fala-se em infraestruturas digitais, cobertura digital, perdão, penso que a expressão é esta. Isto é uma coisa diferente de transformação digital e está mais ou menos estudado e é consensual que a questão da transformação digital hoje em dia é um dos eixos fundamentais do desenvolvimento da economia e da aposta nas empresas. Portanto, perguntava-lhe isso concretamente. --

-----Para terminar, em relação aqui ao calendário da regionalização, senhor Presidente, vamos ter referendo ali em 2024, não vamos e, portanto, gostava que nos falasse também um bocadinho sobre isso. Disse. -----

-----Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Vítor Manuel Campos Couto**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e explicar que o PSD começa por agradecer a disponibilidade do senhor Presidente e dos senhores Vice-Presidentes da Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional do Algarve por esta noite estarem ali com eles e por terem partilhado com eles esta apresentação. Sejam muito bem-vindos a Portimão. -----

-----O município de Portimão é reconhecido nacional e internacionalmente pelo seu potencial turístico alicerçado na sua beleza natural, nos seus atrativos turísticos únicos. Contudo, todos sabemos que a dependência excessiva de um único setor pode trazer vulnerabilidades para a economia local. Para garantir o futuro sólido e sustentável devemos buscar constantemente formas de impulsionar o desenvolvimento económico e social, a fim de melhorar a qualidade de vida de todos os que aqui residem e aqueles que nos visitam. Nesse sentido, a CCDR Algarve enquanto órgão responsável pela coordenação e pela promoção do desenvolvimento regional em diversas áreas, áreas essas que até foram agora ampliadas, mas como a economia, a cultura, o turismo, o ambiente, a coesão social, através dos programas operacionais e os demais fundos por si geridos, têm um papel crucial no aproveitamento destas oportunidades únicas para impulsionar o desenvolvimento de toda a região algarvia e de Portimão em particular. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



-----O potencial imenso que tem Portimão para se tornar um importante polo de desenvolvimento económico-social, quer regional, quer nacional, necessita de desenvolver projetos enquadrados numa visão estratégia de longo prazo e de acesso a recursos financeiros que auxiliem o seu financiamento. Para tal, devemos de envolver a sociedade civil, as empresas locais, as instituições académicas e todos os cidadãos interessados no futuro de Portimão, pois só assim juntos, podemos elaborar projetos sólidos, sustentáveis, inovadores e que possam competir com sucesso com os recursos disponibilizados. -----

-----Caros portimonenses, caro Presidente da CCDR Algarve, o Partido Social Democrata acredita firmemente no potencial de Portimão e do Algarve como um todo. Pelo que estamos comprometidos em trabalhar incansavelmente para impulsionar o desenvolvimento da nossa terra, promovendo políticas socioeconómicas que incentivem o empreendedorismo, a inovação, o investimento, a criação de um ambiente favorável aos negócios e à criação de empregos qualificados. Estamos igualmente empenhados no fortalecimento das infraestruturas locais, na modernização das nossas instalações escolares e de saúde, bem como do reforço da sua disponibilidade e da sua qualidade. O acesso a serviços é essencial para o bem-estar e para a qualidade dos nossos concidadãos. Portimão como destino turístico de renome enfrenta, por isso mesmo, desafios específicos em termos de habitação e de mobilidade para os quais é preciso estar especialmente atentos e que nos obrigam à implementação de soluções inteligentes e sustentáveis. -----

-----Os portimonenses não podem ser expulsos do centro da sua cidade, devido aos preços incomportáveis para os poucos salários que muitos auferem. Devemos ainda preservar e promover a herança cultural de Portimão através da aposta na sua valorização e na proteção do nosso património histórico. Não podemos continuar a deixar, por exemplo, a fortaleza de Santa Catarina ou o convento de São Francisco entregues ao abandono. Acreditamos que um desenvolvimento económico sustentável deve estar em harmonia com a preservação do nosso meio ambiente único. -----

-----Caros portimonenses, caros presidentes aqui presentes, caros membros desta Assembleia, o futuro de Portimão está nas nossas mãos. Podemos e devemos encontrar soluções para impulsionar e melhorar a melhoria da qualidade de vida dos portimonenses e criar oportunidades para todos, mas devemos ter a consciência que isso só é possível com o compromisso de todos os que aqui estão hoje presentes. Juntos podemos construir um município próspero, inclusivo, sustentável, onde todos tenhamos oportunidade de prosperidade. -----

-----O Partido Social Democrata quer deixar aqui bem vincado hoje o seu compromisso em ser um parceiro dedicado nesse esforço que se quer conjunto. Vamos lutar pelo Portimão, vamos lutar pelo Algarve, assegurando que os recursos disponibilizados pela CCDR Algarve sejam utilizados de forma eficiente, transparente e que beneficiem toda a nossa comunidade. Vamos acreditar no potencial de Portimão, vamos trabalhar para que a nossa visão de um Portimão mais próspero, mais acolhedor, mais solidário, mais desenvolvido se torne uma realidade tangível. -----

-----Por fim, aproveitando a vossa presença, gostaria de deixar aqui algumas questões aos elementos da CCDR aqui presentes. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



-----Relativamente aos projetos apresentados pelo município de Portimão junto da CCDR, gostaríamos de saber qual foi o montante global financiado e qual é a taxa de execução dos mesmos. Gostaríamos ainda quanto aos projetos apresentados, de saber quais são os projetos apresentados pelo município de Portimão no âmbito do PRR e muito especificamente estão previstas verbas para o financiamento da estratégia local de habitação que foi aprovado nesta casa e já que no último reporte público estive a ver, não encontrei lá Portimão. Vi de outros municípios, candidaturas de outros municípios que já estão verbas aprovadas, mas de Portimão não encontrei, não sei se vi mal ou não, mas gostava desse esclarecimento. Por último, e porque não raras vezes quando incluído a apresentar candidaturas ao financiamento de alguns projetos, o executivo camarário responde muitas vezes que não existem apoios para esse tipo de projetos. Deixo aqui a questão para memória futura, gostava que o senhor Presidente de viva voz nos dissesse se há apoios ou não para projetos no âmbito da habitação social, da habitação a custos acessíveis, de escolas, saúde, da reabilitação e de regeneração urbana, da requalificação dos espaços e dos edifícios públicos, da eficiência energética, da valorização ambiental e paisagística de corredores verdes no contexto urbano, bem como da mobilidade. Nós sabemos a resposta, mas gostava que o senhor Presidente la desse aqui para que ficasse para futuro. Muito obrigado. -----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, eu começo logo pelo princípio, para quando o referendo, se o referendo vai ser mesmo em 2024, há muito tempo que o Bloco de Esquerda espera por este referendo e espera que isto se concretize e que haja o mesmo referendo e que nós sejamos a região piloto. -----

-----Também já falámos aqui sobre os PDM, está previsto até 31 de 2023, espero bem que seja concretizado e que passe à ação. Falo também aqui por causa da taxa de execução dos setenta e oito por cento, sendo os concelhos do interior com maiores taxas de candidaturas, dois dos concelhos, Alcoutim e Vila do Bispo, que não tiveram qualquer candidatura das microempresas. Qual é a estratégia para alterar este desinteresse dos empresários que se encontram fora das grandes zonas populacionais e turísticas. --

----- Na página quarenta, qual é a estratégia da CCDR para a escassez de água no Algarve e qual é o plano B para a escassez de água. -----

-----Em 2023, as barragens algarvias estavam abaixo dos cinquenta por cento, especialmente a da Bravura a doze por cento, e a agricultura que temos dezassete por cento nos seus gráficos que consome quarenta por cento da água e turismo também com trinta e um por cento. E como já foi dito aqui por um município, a maior parte da água também nove por cento da água consumida na Europa, a maior parte é vinda do turismo, porque é que não vamos acautelar esta situação se o nosso *Benchmark* do Algarve continua a ser o turismo com trinta e um por cento, porque é que este problema não é resolúvel na questão da água. -----

----- Também falamos aqui dos empregos na página trinta e sete. Oitenta e cinco dos empregos são em serviços. Não preocupa a CCDR? Não deveria de existir mais emprego noutros setores como a indústria, agricultura e pescas? -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



-----Na página trinta e nove, o Algarve tem as empresas com atividades de inovação com menor percentagem a nível nacional. O que fazer para mudar este paradigma. -----

-----Na página quarenta e três, quando se fala em pessoas, falamos aqui também do emprego digno, é o que está lá, qual é a estratégia para combater o desemprego jovem, os contratos precários baseados em ordenados mínimos e baixos. Pois desde 2019 o Algarve é a região onde o desemprego mais aumentou, os jovens no emprego jovem e maiores de cinquenta e cinco, que são os mais afetados. Faro aumentou vinte e sete por cento em 2022, que tem uma taxa de desemprego de cinco ponto sete e é nacional a seis ponto nove. -----

-----Nos setecentos e oitenta milhões e também falámos aqui que já foi dito, não vou repetir, mas também gostava de saber onde é que vai ser investido, onde é que está a ser investido o PRR. -----

-----Na coesão territorial fala-se na integração de diferentes regiões do país, porque não acabar com as portagens da via do Infante. O que fazer com a ferrovia no Algarve, porque não ir fazer a hipotética ligação como já falou aqui dos três AS, Algarve-Andaluzia com a bitola europeia. Uma das preocupações ambientais, uma delas podia ser para combater o ambiente, devia ser a situação da ferrovia. -----

-----Também uma das situações que preocupam o Bloco de Esquerda, falam tanto em ambiente, têm aqui na sustentabilidade biodiversidade, riscos de energia, economia circular, devia duzentos e setenta e três milhões e então estamos agora perante um projeto da Iberdrola de 85MW, que vai entre Tavira e Estoi, Santa Catarina da Fonte do Bispo no concelho de Tavira, que vai ter duzentos hectares do território classificado de reserva agrícola e reserva ecológica em painéis solares. O que fazer perante esta situação. No entanto, fico-me por aqui com estas questões. Tenho dito. -----

-----Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Américo da Conceição Leonor Mateus**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e agradecer muito a participação e toda a apresentação da CCDR, genuinamente dar os parabéns por todo o quadro de evolução que foi aqui demonstrado, portanto, acho que quando passamos de uma taxa de execução de quarenta e tal por cento para setenta por cento, sabendo que isso significa mandar dinheiro para trás, é realmente de mérito. Queria chamar aqui, digamos assim a atenção relativamente a este novo quadro, começando por aí, dando os parabéns pelo valor que está naquilo que me é perto, vocês também já me vão conhecendo na parte da verba e da sustentabilidade, portanto não há dúvida que há aqui um trabalho excelente de, reforçar os financiamentos nessa área, mas derivado ao conhecimento que tenho, mais uma vez tive a semana passada em Bruxelas durante três dias fechado com a Task Force para trabalhar sobre os novos programas europeus nesta área, deixo aqui o alerta de que a forma como temos que abordar a região para ir buscar estes duzentos e setenta e tal mil euros que estão na área verde, tem que ser completamente diferente do que foi até agora e porquê, porque vocês sabem, especialmente quem negociou sabe perfeitamente que estas áreas são mais desconhecidas das pessoas que podem pensar em aceder a esses fundos, estas áreas precisam de uma abordagem mais transdisciplinar e mais eco sistémica para que seja efetivo o objetivo das verbas que são atribuídas para esta área e realmente impactar a região e poder ser um ativador das



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



organizações e dos consórcios dos ecossistemas que vão buscar estas verbas e, portanto, há aqui o risco do desconhecimento, sabendo como disse e bem a CCDR que não é só, aliás não deve ser só para as autarquias e para as instituições públicas ir buscar este dinheiro, porque senão isto traduz-se em parques verdes, isso nós já temos graças a deus, mas sim para uma ativação, para uma transição, para uma indústria verde e para uma indústria sustentável e dessa forma para o objetivo da diversidade económica que realmente o que vimos e como já foi realçado aqui por colegas, os dados anteriores demonstram que não atingimos qualquer diversidade económica. Portanto, é um problema, sendo um problema, a abordagem tem que ser diferente. Portanto, o que estou a dizer de forma sintética, é que o problema duplica, porque não se conseguiu diversidade económica quando os eixos seriam mais conhecidos e mais fáceis de entender perante os agentes económicos e agora estamos a ir buscar e muito bem esses que são mais complexos de serem entendidos, uma empresa não percebo qual é que pode tirar a vantagem direta de fazer uma transição da sua indústria para uma indústria verde, ou de mais importante, na nossa região infelizmente indústria não há, a criação do fator indústria que é onde verdadeiramente podemos alguma vez atuar nos índices de produtividade e levar ao crescimento deste país com a criação de valor, perceber que indústrias versos podem ser criadas. E dou aqui um exemplo muito simples, que é, o que é que nós vimos agora nesta reunião, vimos um parque industrial montado na Finlândia, chamado ECO3, deixo-vos a recomendação de verificarem, no qual esse parque industrial é só para economia circular e bio economia, só e, portanto, nós precisamos é de ir buscar estas coisas para cá, senhor Presidente, não precisamos de ir buscar mais coisas para fazer chover no molhado. Isto é que é diferenciador e a região pode fazer isto e, portanto, nesse aspeto o contributo que ia deixar em nome também da minha bancada, é que estando lá o fundo, ir ativar as pessoas para irem buscar este fundo e atirar as organizações, é mais difícil e de uma forma mais se quiserem pessoal, contem com a nossa organização que já conhecem do Nation by Solutions of Portugal, que deixo já também indicação que dia 21 e 22 de setembro fará outra grande conferência internacional com o apoio de uma comissão europeia e da Direção-Geral do *Gil D'ormon D'urree* e do RTD, fará uma conferência em Lagos, 21 e 22 de setembro, no qual eles estarão cá e, portanto, mais uma vez da outra vez fiz pessoalmente, agora faço aqui o convite para estarem connosco e todas as autarquias. --

-----Pronto, finalmente, só queria para não gastar muito tempo, deixar aqui dois ou três pontos que o senhor Presidente e muito bem foi alertando, mas que são extremamente preocupantes e, portanto, partilhar essa preocupação com todos. A indicação dos oitenta por cento de aterro, portanto todos sabemos que já não devia de haver aterros são proibidos e nós no Algarve temos, oitenta por cento do nosso lixo vai para aterro e, portanto, temos aqui um problema grave, já não é possível e nós continuamos a fazê-lo, depois indicação que o número de trinta por cento de recolha seletiva ainda é baixo, devemos de estar contentes, mas é baixo, trinta por cento não é efetivamente um indicador que nos permita estar satisfeitos ao nível da proteção do nosso ambiente para os nossos filhos, como já disse do quadro anterior, temos aqui uma grande orientação dos fundos para o turismo, portanto o que dificulta a diversificação que andamos à procura, preocupa-nos bastante aqui este indicador e como disse o senhor Presidente também falou disso,



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



não estou a... o indicador da distribuição da população, o aumento da população, mas apenas na área urbana, mas eu gostava de ver isto como um copo meio cheio, mais do que um copo meio vazio, ou ao contrário, foi o que eu quis dizer, que é, temos aqui um espaço rural para trabalhar a diversidade económica e temos aqui um espaço rural em estado mais puro para irmos investir uma grande parte destes duzentos e setenta e três milhões e fazer alguma coisa de útil para esta região. Portanto, vamos ver isto como uma oportunidade de fazer bem. Extremamente difícil para conseguirmos evoluir nos quadros económicos é realmente termos a população com ensino superior a baixar e inclusive vão passar para este ano, portanto vinte e oito por cento de pessoas no ensino superior, não é aceitável, eu estou aqui também posso-vos falar enquanto docente do ensino superior e neste caso do privado e do público e dizer que este número realmente incapacita a região de fazer qualquer coisa. Portanto, é um problema de todos, Portimão tem aqui uma vantagem gigante, tem dois mundos num só, tem aqui o público e tem aqui o privado e, portanto, há que fazer um trabalho com os jovens para perceber que isto a vida não chega, porque tem seis meses em que se safa e dá para safar o resto do ano, isto é a mentalidade com que a gente tem que, temos que mudar esta nossa mentalidade porque senão não temos mão-de-obra e capacitação para qualquer coisa que queiramos vir a fazer. Isto reflete-se noutro indicador preocupante que é, oitenta e cinco por cento das empresas são dos serviços e, portanto, isto não há indústria e não havendo indústria, não damos a volta a isto.

-----Como o senhor Presidente disse muito bem, ligado a tudo isto é impossível dar a volta a esta despesa de zero vírgula quatro com ID, ou seja, não temos jovens a estudar no ensino superior, não temos investigação, não há diversidade económica, podem-se fazer cinquenta mil programas operacionais que eles nunca irão resultar e, portanto, acho e tenho a certeza que a CCDR já garantiu os fundos, mas há-de ter aqui também uma ação pedagógica, vai ter aqui uma ação de trabalhar com as entidades, com os jovens, para que estes fundos sejam realmente aproveitados inclusive na área da formação e da educação. Já agora, senhor Presidente, também há a universidade privada, não se esqueça dela, porque realmente também merecemos. Pronto, e eu como disse como tenho as duas vestes, estou muito bem.

-----Finalizo só com a indicação que é, relativamente aqui à questão do eixo dois, queria dar esta nota Porque é que as pessoas vêm cá à conferência de setembro? Porque tive o grato prazer de fazer a apresentação da conferência antes do Diretor Geral desta área da biodiversidade, ele diz que é o *Godfather* do dinheiro, portanto que é a pessoa que manda aqui nestas coisas, e a nossa conferência vai ser uma conferência que fala de biodiversidade *Nation by Solution*, economia circular e bio economia e tive o grato prazer de o senhor se levantar e aplaudir-me, porque disse que a mensagem dele e depois foi exatamente essa, foi que na parte da Europa estas áreas têm que ser vistas como integradas, ou seja, há aqui um discurso muito forte da economia circular, mas temos que ligar tudo isto, que isto é só uma intervenção, é uma intervenção como centro nas pessoas como disseram, com centros no território, mas não pode ser vista só, e aqui é a economia circular, ali é a biodiversidade, isto tem que ser visto como um todo, esperemos contribuir com esta conferência e ouvir mais a posição desta pessoa que cá vem e de outros socialistas que



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



cá vêm para nos ensinar como é que temos uma visão integrada sobre estes aspetos. Disse e agradeço toda a vossa atenção. -----

-----Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Paulo Jorge Nascimento Canha**, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e agradecer particularmente ao senhor Presidente Dr. José Apolinário, o facto de estar ali e de se disponibilizar para esta ação de esclarecimento. Eu tenho aqui algumas questões e, enfim, de certa forma algumas já aqui foram abordadas, mas para já há algumas que nos preocupam, além de falar da questão da economia regional e além de falar sobre dúvidas sobre o ponto de vista do Algarve, mas também nos interessa abordar muito aqui a questão de Portimão para nós. Mas antes acho que está subjacente as questões relacionadas com o território e estas alterações orgânicas administrativas que se tem assistido nos últimos anos, e eu falo isto, porque uma das coisas que nos preocupa a nós é exatamente esta questão da autonomia do poder local e a forma como estas alterações têm vindo a surgir ao longo do tempo. Isto para lhe dizer que, se bem me lembro, a lei das finanças locais apareceram já há quase quarenta e três anos, a primeira eleição democrática do poder local foi há quase quarenta e seis e, portanto, o poder local em si tem evoluído bastante naquilo que é a sua autonomia, e o que é que consubstancia essa autonomia do poder local. A sua independência, autonomia sob o ponto de vista financeiro, a sua sustentabilidade, o seu financiamento, a sua previsibilidade e obviamente poder planear no presente e no futuro, e aquilo que se tem visto hoje em dia e como alguém já disse e com certeza os senhores já ouviram dizer, este processo de descentralização em curso e esta alteração orgânica e territorial que muitas vezes temos assistido, provoca aqui alguns entraves, e estamos hoje aqui nesta sala a falar de fundos externos, mas também existem muitos fundos internos para as autarquias. E cada vez mais a autonomia das próprias autarquias vão dependendo de uma série de fundos e descentralização através até das novas atribuições e das novas competências, mas que isso um dia definitivamente tem que acabar. Eu imagino os executivos que agora são do PS e um dia são do Chega também com certeza, mas a dificuldade que os senhores têm em gerir fora dos quadros plurianuais, por exemplo, em planear as cidades, os concelhos a cinco e a dez anos, estando muitas vezes dependentes quer dos orçamentos de estado, quer dos fundos de financiamento, quer dos quadros comunitários de apoio, quer dos CREMS, quer tudo isso que tem havido e tem evoluído ao longo dos anos. Portanto, para quem gere as autarquias, isto não deve ser nada fácil e preocupa-nos, no fundo, esta reorganização de todo este teatro da divisão administrativa do país. Obviamente que isto também e agora tendo em conta esta alteração estatutária da CCDR para I.P., portanto isto cria aqui também mais uma lógica de gestão quanto a nós que vamos ver aonde é que isto tudo nos leva enquanto país e enquanto região. Aliás, tivemos as alterações das NUTS há pouco tempo, o Algarve, enfim, como a tal região natural, também não sofreu influência, ou não assumiu mais uma divisão, mas isto para lhe dizer, hoje em dia este reforço dos poderes da CCDR, que é o poder infranacional, mas depois que joga com poderes supramunicipais da AMAL e das comunidades intermunicipais, cujos contratos de gestão têm que ser estabelecidos em contratos-programa, que depois muitas vezes há mais contratos e agora com o novo Conselho de Concertação Territorial, em



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



que os membros é o Primeiro-Ministro, bom, no meio de trezentos e oito municípios, três mil e não sei quantas freguesias que umas vezes são agregadas e outras vezes são desagregadas e depois o poder de proximidade com as freguesias que se arrastam penosamente ao longo do tempo no meio desta amálgama de coisas, para nós preocupa-nos obviamente a centralidade do poder local, e isto tem a ver também com aquilo que a CCDR virá a fazer no futuro, eu gabo-lhe o desafio que o senhor e a sua equipa têm, é um desafio enorme que têm para o futuro, que é, servir de equilíbrio de acordo com os poderes que têm para gerir e promover a gestão e o desenvolvimento regional e nomeadamente ser um grande parceiro naquilo que é o desenvolvimento de um concelho como Portimão. -----

-----O senhor tem um grande desafio em eliminar assimetrias não só entre o litoral e o interior, o senhor tem um grande desafio em eliminar assimetrias entre os concelhos mais pobres e os mais ricos e depois o senhor tem outra responsabilidade também que é diminuir a assimetria entre aqueles concelhos que podem ser geridos normalmente e aqueles que tecnicamente estão dificilmente deficitários para não dizer aqui outro termo, que é o caso de Vila Real de Santo António e Portimão. A nós também nos importa perceber de que forma é que o senhor vai olhar para o concelho de Portimão, uma vez que financeiramente está coagido naquilo que é a sua gestão. Portanto, isto remete-nos também para a pergunta a propósito das NUTS e das alterações de nomenclatura de unidades territoriais. Penso que o Algarve tinha ganho em diminuir a escala, ou seja, penso que o Algarve teria ganho, em vez de uma NUT passar a ser dois e provavelmente tudo o que é recorrer a fundos até pela proximidade e os ganhos de conhecimento que se tem com as próprias autarquias teria ganho bastante com isso e a primeira pergunta que lhe deixo é exatamente essa, que é, se foi ouvido nesta questão das NUTS, qual foi a opinião da CCDR neste sentido e se não acha que ganharíamos com isso, que provavelmente na questão da divisão Barlavento Sotavento, ou algo parecido, se o concelho de Portimão e o Barlavento não seriam provavelmente mais beneficiados com a descentralização dos fundos e a adoção mais lógica às necessidades diferentes de cada concelho. Por outro lado, vou-lhe dar um exemplo, na questão da saúde o Algarve está dividido em três, os três ACES, ACES do Barlavento, ACES do Sotavento e ACES central. Por alguma lógica na saúde há esta divisão de certa forma de gestão de três zonas diferentes, não é, portanto, há ganhos aqui de proximidade e o senhor, portanto, já o tenho ouvido falar muito das políticas de proximidade e é um dos seus pilares. -----

-----Depois, outra questão nesta primeira ronda e para não esgotar todo o tempo, ainda aí há dias ouvia falar a propósito agora da candidatura à procuradoria, a procurador europeu, uma senhora juíza que até é uma das candidatas, e ela dizia também em sede de audição em Lisboa que Portugal é o segundo país mais utilizado por fraude nos fundos europeus. São cerca de dois vírgula nove mil milhões de euros sobre a investigação. A Europa, dados de 2018, perderam-se cento e quarenta mil milhões de euros de fundos estruturais da União Europeia. Eu olho para o organigrama e há grande dificuldade em controlar isso, aliás, o próprio inspetor-geral das finanças, Dr. António Manuel Ferreira já admitiu isso que até tem uma equipa muito reduzida nesse sentido e eu olhando aqui para o organigrama penso que é a Direção de Serviços de Fiscalização e a Divisão de Vigilância e Controlo que depende desta, e que tem esta incumbência e que tem



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



apenas uma pessoa. A questão que eu coloco é, o que é que o senhor pensa fazer para mitigar esta problemática que é uma problemática grande, porque não abrange só a fraude, abrange a corrupção, abrange a fraude do IVA transfronteiriço, é um problema hoje em dia muito grande e isso impede obviamente de muitos investimentos. Portanto, de que forma é que o senhor pensa mitigar este problema, uma vez que isto é preciso recursos humanos, é preciso gente no terreno para ver até de que forma é que os projetos estão a ser implementados e os fundos estão a ser alocados de forma correta e executados de forma correta. Muito obrigado. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PAN **Ricardo Cândido**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e referir relativamente à apresentação que foi feita, gostaria aqui de centrar no eixo dois A de eficiência energética, energias renováveis, adaptação às alterações climáticas, gestão sustentável da água, economia circular e a proteção da natureza e infraestruturas verdes, e para este ponto existem duzentos e setenta e três milhões ponto seis, que penso que daquilo que já foi falado dois terços deste valor será para o projeto de acordo com o que foi falado, para o projeto do metro do superfície, ou autocarro, elétrico de superfície, algo deste género, sobrando cento e vinte e dois ponto sete milhões para as restantes áreas. A questão que faço é relativamente, especificamente à adaptação às alterações climáticas, que projetos é que existem ou que estão planeados e qual a estratégia para esta problemática, e também relativamente à proteção da natureza, que não podemos dissociar um do outro. Também gostaria de questionar relativamente ao plano de eficiência hídrica, qual é que é o ponto de execução deste plano, se o mesmo está em andamento, se o mesmo se encontra em águas de tofu ou de bacalhau como quiserem, e qual é que é a estratégia para a sustentabilidade da água tendo em conta, o senhor Presidente passou rapidamente a questão das percentagens de água nas nossas bacias hídricas e concretamente aqui ao Barlavento estamos em mínimos muito preocupantes e que não se adivinha num futuro próximo grandes melhorias, no passado já questionámos nesta Assembleia o executivo relativamente à estratégia para esta problemática, mas foi respondido que era uma questão da região, da AMAL, questiono se a CCDDR tem uma estratégia mais definida do que neste caso o executivo aqui em Portimão. Disse. ----

----- Ficou com o uso da palavra, a senhora Presidente da Câmara Municipal **Isilda Maria Prazeres dos Santos Vargues Gomes**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e fazer um cumprimento muito especial ao Presidente da CCDDR e à sua equipa que estão ali presentes. Um cumprimento muito especial e sobretudo um pedido de desculpa, porque eu tive uma reunião às seis horas em Lisboa e, portanto, a reunião, deixei-a ainda assim por terminar e vim, não vim com excesso de velocidade, vim dentro dos limites, saí só às oito, portanto cheguei cá às dez e meia, duas horas e meia é o normal, não é? Pronto, é o normal, mas dizer que obviamente estou aqui com muito gosto, fiz este esforço para estar aqui a esta hora também, porque o nosso Presidente da CCDDR merece isso, merece também que eu tenha feito esse esforço. Dizer que nem todos, e eu vim de uma reunião onde ouvi algumas coisas, nem todos os presidentes de CCDDR fazem aquilo que o Dr. José Apolinário está a fazer, eu diria que se calhar é o único no país que está a fazer este périplo pelas assembleias municipais e ficaram muito admirados quando eu



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



disse que tinha que vir para uma reunião da Assembleia Municipal onde o senhor Presidente da CCDR vinha prestar contas. Disseram, «o Presidente da CCDR prestar contas à Assembleia Municipal? Mas o que é isso? Uma novidade», disse «não, é que de facto é um Presidente da CCDR do Algarve democrata e que de facto gosta de dizer aquilo que faz, gosta de prestar contas perante também aqueles que o elegeram» e, portanto, é de facto com muito gosto que o recebemos e naturalmente penso que também deve de ser um momento de prazer para a própria Assembleia Municipal ter conhecimento daquilo que são as perspetivas daquilo que é um plano bem gizado e obviamente que eu queria dizer aqui também uma coisa muito importante, e o senhor Presidente da CCDR eu já lhe disse qualquer dia os presidentes de Câmara deixam de ler as mensagens que ele manda, porque ele manda mensagens à meia-noite, às sete da manhã, às dez da manhã, às quatro da tarde, às cinco da tarde e nós presidentes de Câmara quase que não fazemos outra coisa, mas ele manda não é para os do PS, manda para toda a gente e, portanto, toda a gente é brindada com os contactos dele a toda a hora a puxar por nós, a instigar-nos e a obrigar-nos a andar para a frente, porque se a gente se está a atrasar, já estamos a receber um SMS «atenção à operação não sei das quantas que está atrasada», pronto, mas nós agradecemos-lhe, porque também é assim que nós conseguimos ir mais longe e que nós conseguimos fazer aquilo que nos propomos. Portanto, senhor Presidente, primeiro lugar, parabéns pela sua postura, pela sua forma de trabalhar. Depois, parabéns pela forma como executa o seu cargo com grande democracia, com grande abertura e sobretudo com grande proximidade dos autarcas e é isso que nós todos temos registado, é esta grande proximidade e garanto-vos que não sou só eu que o digo, dizem também os restantes colegas dos diferentes partidos, portanto, e, de facto, veio a equipa toda e muito obrigada a todos pelo vosso esforço, pelo vosso trabalho, pela vossa dedicação e depois é um homem que não tem medo, deixem-me dizer-vos uma coisa que isto é importante, não tem medo de lutar e de defender exteriormente aquilo que ele acha que o Algarve merece. E dou-vos um exemplo, o centro de oncologia, se não fosse ele não o teríamos aprovado. Houve muitas vozes contra e, portanto, foi a luta do Dr. José Apolinário que fez com que tivéssemos o apoio da Comunidade Europeia para termos um centro de oncologia que o Algarve precisa e merece, como é óbvio para que as pessoas deixem de ter que ir a Lisboa, ou ter que ir a Sevilha, ou ter que ir a outro sítio qualquer. Portanto, muito obrigada mais uma vez em nome, obviamente, em meu nome, em nome do executivo que represento e peço também desculpa naturalmente a todos os membros desta Assembleia o meu atraso, mas estive a trabalhar e, portanto, não podia fazer mais nada, tinha que tentar estar nos dois sítios. Pronto, consegui, muito obrigada, obrigada senhora Presidente. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer que há poucos dias a senhora Ministra da Coesão Territorial queixava-se do mesmo em relação ao senhor Presidente da CCDR. Recebe mensagens a várias horas do dia, portanto parece que é transversal a todo o poder, não só à administração municipal, mas ao poder central. -----

----- Pediu o uso da palavra, a líder da bancada da CDU (PCP/PEV) **Maria de Lurdes Sousa Vales Melo**



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Nogueira, que começou por cumprimentar todos os presentes, e agradecer desde já ao Presidente da CCDR toda esta explicação sobre quais são os projetos previstos para o Algarve e para esta região. É nossa preocupação e já tem sido demonstrado por diversas vezes a pressão urbanística na orla costeira na faixa de proteção em todo o Algarve, mas essencialmente aqui nosso município, que é nos preocupa ao que gostaria de perguntar o seguinte : todos sabemos que haverá agora com esta nova reorganização alterações do PROT, se vão ou não ser mexidos loteamentos que estavam praticamente mortos, gostaríamos de saber se a CCDR terá já alguma informação sobre este assunto, ou se prevê esse reativar desses loteamentos. Em questão à navegabilidade do rio, se estão previstos investimentos há tantos anos prometidos para a revitalização do porto comercial, para a própria revitalização da bacia de manobra do porto comercial e para a própria viabilidade da navegabilidade do rio que vai abrangendo assim três concelhos, o concelho de Portimão, o de Lagoa e o de Silves. Gostaríamos também de perguntar, por ser uma nossa preocupação como é que estamos a lidar no fundo, com o problema da seca na região, não só na região, no país, quais são as medidas estruturais a serem implementadas para o combate da escassez da água, qual é a estratégia que está a ser no fundo, delineada, se existe algum acompanhamento de sensibilização para melhorar as infraestruturas de regadio, para combater desperdícios na rede de água, desperdício nas águas residuais, remoção da sedimentação das barragens, toda a gente sabe que com a seca poderão ser e aproveitar-se infelizmente para se limpar as barragens, preocupa-nos imenso que para o combate à escassez da água, que é um bem essencial para todos e que se traduza num aumento desmesurado das tarifas da água para as populações a preços insuportáveis, ou que se implementem medidas coercivas. Não acompanharemos e estaremos sempre predispostos na colaboração, porque isto é um problema que nos atinge e que devemos ouvir os próprios técnicos ou as universidades e não iremos nunca seguir bandeiras de populismos e de medidas coercivas para o uso da água. -----

-----Gostaria aqui também de perguntar, é bem conhecida a posição da CDU e do Partido Comunista Português quanto a esta reorganização administrativa, que para nós achamos que é um processo de desresponsabilização do estado, de criação e ampliação de estruturas opacas resguardadas de escrutínio democrático e que no nosso entender e esperemos que não tenhamos razão, que alimentarão clientelas e que centralização ainda mais os centros de decisão e criarão dificuldades acrescidas para o funcionamento dos serviços do estado nesta região. Gostaríamos, no entanto, de deixar aqui uma pergunta e não me leve a mal senhor Presidente, era se com toda esta reestruturação se isto será um passo em frente para a criação das regiões administrativas, ou se será um recuo. Muito obrigado. -----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada do PS **José Manuel Figueiredo Santos**, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que as suas primeiras palavras dirigem-se naturalmente ao senhor Presidente do Conselho Diretivo da CCDR, senhor José Apolinário, eu desconhecia a carga de insónias de que ele sofria e as mensagens noturnas, etc. uma coisa nós sabemos, é que de facto a exposição que aqui nos fez constituiu um excelente momento de elevação política, e digo isto porque a responsabilidade de quem tem que dar a nota de que se está perante uma reforma num governo tão fustigado pela sua



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



incapacidade de reformista, eu diria que, enfim, esta conversão da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional em Instituto Público, que aprova a respetiva lei orgânica é prova provada de que efetivamente existe uma vontade reformista deste governo e consequentemente, portanto nós acreditamos que a descentralização, a regionalização mais em concreto obviamente que irá dar os seus frutos, dada a circunstância de podermos ter governos de proximidade. -----

-----Confesso que no seio das explicações nos surgiram algumas dúvidas, nomeadamente quanto à criação das condições necessárias para a concretização do processo de regionalização. Que condições necessárias são estas, urgiria explicar um pouco. Isto porque se nós tivermos que dividir as nossas preocupações em dois grandes eixos, um deles dirige-se efetivamente à orgânica do estado e o outro dirige-se aos aspetos de ordem operacional, aspetos considerados estratégicos para a região. Naturalmente que não iremos fazer considerações particulares sobre Portimão, aquilo que hoje está efetivamente em pauta é a região do Algarve e como nota, enfim, de apreço pelo trabalho, vale dizer que efetivamente nos sentimos esclarecidos quanto aos aspetos de ordem estratégica que, aliás a senhora Presidente da Câmara acabou inclusivamente de mencionar e de salientar alguns deles, nomeadamente essas atribuições ao nível da saúde. É um facto que nas atribuições e avançando pelas questões de ordem orgânica, é um facto que algumas das atribuições são justamente assegurar a articulação entre instituições da administração direta do estado, das autarquias locais, entidades intermunicipais, enfim, entidades do sistema científico e tecnológico e entidades do terceiro setor. Se por terceiro setor nós entendemos, enfim, esta denominação como organizações comprometidas com os problemas sociais, enfim, como a erradicação da fome, os cuidados com o meio ambiente, a proteção dos direitos infantis, entre outros, enfim, desdobramentos dos direitos humanos, causa-nos alguma perplexidade, mas porventura pode ter sido devida a uma leitura em cruz e que, enfim, não nos apercebemos porventura que não existe omissão, mas a verdade é que ao passarmos perante a natureza e composição do Conselho Regional, nós verificamos aqui representantes de organizações não governamentais, do ambiente, etc. indicado pela respetiva confederação nacional. Tudo muito bem, acontece que não se vê aqui um representante das organizações não governamentais do setor social, ou seja, da economia social propriamente dita, não sei porventura se foi falha nossa em matéria de leitura, ou se, enfim, o legislador não contemplou por qualquer motivo, ou se porventura vem omissa, ou não tão explícito, enfim, numa outra alínea. Bem, são aspetos de ordem muito particular, naturalmente que importaria observar que no seio desta proatividade que é característica deste Conselho Diretivo, é verdade que nós não podemos descurar a ideia de que se trata de uma tarefa difícil porquanto nós temos uma estrutura produtiva da região muito frágil. Nós teremos cerca de duas empresas com um número de trabalhadores superior a cem ou mais do que isso, ou seja, somos um tecido de pequenas empresas, enfim, e efetivamente o próprio domínio empresarial não é muito propenso a uma qualificação sustentada porquanto o tecido produtivo é um tecido que descarta facilmente as pessoas. Isto por conta do quê? Não do turismo, mas do modelo hegemónico de turismo, há muito a fazer no domínio do turismo e quando nós falamos de turismo, desejável seria falarmos de turismos e é nesse contexto que deve ser entendida esta



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



incorporação do turismo que há muito a fazer nesse domínio porquanto muitas das vezes confundimos efetivamente este modelo que é uma serpente de duas cabeças, confundimos este modelo hegemónico justamente comum, aquilo que pode ser a riqueza turística de uma região. Naturalmente que neste domínio também podemos apontar para novas ruralidades, o novo rural é uma constelação diferente daquilo que se velava, que se dizia de agricultura, não é, ou de lavoura, antigamente era esse o termo, mas enfim, nós temos efetivamente imensas potencialidades, pensamos que os aspetos estratégicos refletidos nesta exposição são efetivamente escolhas desajustadas, são as escolhas desejáveis ao momento e obviamente que não podemos descurar a ideia de que tratando-se de especialistas, são cerca de setenta especialistas, pelo menos setenta licenciados, não vamos aqui seguramente dar grandes lições de saber no que diz respeito à economia circular, aos problemas de ordem ambiental e por aí fora e, portanto, digamos não nos iríamos prender circunstancialmente com este ou aquele aspeto, mas obviamente desejar que as lógicas complementares do turismo possam efetivamente surgir e que o turismo não seja, ou que não deva ser digamos um trator mola para outras atividades, pensando que mais uma vez a região vai amolecer por conta dos anos turísticos em que os hoteleiros confundindo até a hotelaria com o turismo nos dizem, «bem, temos um alojamento a noventa por cento», e falo pelo turismo indevidamente, não é, mas a verdade é esta, é que é necessário que os dirigentes regionais cessem a sua crença na magia do turismo e, portanto, é imperativo que estas lógicas de complementaridade surjam, mas também é imperativo que nós tenhamos uma capacidade de inovação social. Que nós dirigentes políticos, nós, eles dirigentes políticos, tenham uma forte motivação e uma capacidade de liderança face a um tecido frágil, que continua a acreditar que três meses por ano resolvem a sua sobrevivência e o Algarve não pode viver numa economia de sobrevivência, numa economia de transição. Estas devem ser, com certeza e serão, as preocupações mais centrais desta equipa a quem nós naturalmente damos os parabéns e demonstramos a nossa gratidão por tomarem iniciativa e terem este empenho em conferir transparência aos seus atos e se sujeitarem ao julgamento público e, portanto, o PS por ora findaria no fundo, esta lógica da experiência humana que são as pessoas, as instituições e os discursos, com este agradecimento público ao Dr. José Apolinário e à sua equipa. Muito obrigado, senhora Presidente, disse. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer que tem ali mais quatro inscrições e pensa que poderiam fazer estas inscrições, davam a palavra ao senhor Presidente da CCDR e à sua equipa, ao Conselho Diretivo e depois haveria a possibilidade, ainda com algum tempo de fazer uma hipótese, algum esclarecimento, alguma situação adicional numa segunda volta.-----

-----Pedi o uso da palavra, a deputada municipal da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **Marta Patrícia Gonçalves Marques Caetano**, faço também meus cumprimentos que já foram apresentados aqui pelo meu colega de bancada, ouvi com atenção a explicação que nos deu e agradeço também aos colegas da Assembleia Municipal que já deram alguns contributos a esta discussão, gostava só de deixar aqui três breves perguntas, ou três breves notas. Portanto, falou-se



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



aqui que o Algarve era uma região de transição e que havia um aumento da população no litoral e uma desertificação do interior. Gostaria de pensar a nível estratégico o que é que está previsto, vejo aqui neste quadro do eixo cinco que está previsto aqui no FEDER promover nas zonas não urbanas o desenvolvimento social, económico e ambiental destas zonas, gostava de saber em concreto o que é que está pensado para combater esta desertificação do interior. -----

----- Depois, também foi abordado, portanto, que vai haver um investimento no ensino universitário, nomeadamente nos polos universitários de Faro e de Portimão e pergunto eu o que é que está pensado para o ensino profissional na região. Hoje há muitos jovens que chegam ao décimo segundo ano e até ao nono ano e entendem não enveredar pelo ensino universitário. É necessário apoiar a formação profissional e essa via de saída para estes jovens. -----

----- Uma outra nota final, vi hoje também a notícia que tinha sido adquirido um equipamento cirúrgico de intervenção neurológico para o hospital de Faro, falou aqui no centro oncológico que virá para a região, que será uma grande conquista, uma vez que a saúde continua a ser o parente pobre da região e é uma das regiões onde mais se nota o desinvestimento estatal na saúde como perda de valências cada vez mais acentuadas. Pergunto o que é que está previsto concretamente para reforçar os cuidados de saúde na região, e por fim deixo só aqui uma nota, já tive ocasião de abordar esta questão aqui por várias vezes à Assembleia Municipal, da explicação que nos deu, parece-me a mim que continua-se a encarar o turismo como a mola e alavanca, foi a expressão que utilizou do desenvolvimento estratégico da região. Compreendemos que assim seja. Agora, parece-nos é que deve haver capacidade para pensar o turismo em moldes diferentes da oferta que é normalmente realizada, continuamos a vender um turismo só de praia e sol, enquanto o turismo tem outras valências que podiam ser aproveitadas. Parece-nos também que terá que haver um plano B, porque quando este plano A que é o turismo de sol e praia acabar, ou deixar de ter a qualidade que é reconhecida, até pelas alterações climáticas, deveríamos pensar num outro eixo estratégico de desenvolvimento regional. E por agora disse. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Eduardo Gonçalves**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e referir que neste âmbito, queria endereçar ao senhor Presidente da CCDR um conjunto de questões sobre os slides quarenta e quarenta e um acerca da temática da água. Sabemos que vivemos num período de seca prolongado e o panorama que nos foi apresentado das barragens só vem confirmar uma realidade que todos conhecemos. Ora, neste âmbito, queria questionar acerca de se existem alguns projetos aprovados, ou se existe, não existindo projetos aprovados, se existe verba para que possam existir projetos na área das barragens. Sabemos que não é possível fazer chover, mas para melhorar a eficiência das barragens algarvias, de modo a que essas consigam ter um maior volume de armazenamento de água e no que concerne ao quadro quarenta e um sobre as perdas de água que são ali referidas que são vinte e quatro por cento, se existem alguns projetos, por exemplo, por parte dos municípios de possíveis obras nas canalizações que possam diminuir estas perdas para uma percentagem menor e na questão da água residual reutilizada que aparece no quadro apenas como quatro



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



ponto um por cento, se esta tem, se existem projetos nesta área para ter uma maior reutilização de água residual, por exemplo, em rega de jardins públicos ou em rega de campos de golfe. Obrigado. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Paulo Jorge Nascimento Canha**, para dizer que o tema que o traz agora ali à questão é o seguinte, que é, o senhor Presidente Dr. José Apolinário falou aqui e muito bem no oitavo relatório da coesão da Comissão Europeia. Aliás, falou nesse mesmo relatório para abordar a tal questão que é a tal armadilha de desenvolvimento em que o Algarve já se encontra, e este termo técnico caracteriza-se porque, no fundo, rotula a região do Algarve essencialmente, porque há vinte anos que se estagnou naquilo que é o crescimento e do PIB. Aliás, o slide que o senhor partilhou também aborda isso. Isto quer dizer que nos últimos vinte anos o Algarve não saiu daquele décalage entre os setenta e cinco e os cem por cento da média da União Europeia. Eu para utilizar aqui e se me permite uma expressão brejeira, quer dizer, nós não passamos da cepa torta há vinte anos. Também não é bem assim, eu sei, já tivemos ali períodos nos noventa e um, noventa e dois, mas depois baixámos, ou seja, isto para lhe dizer, é um facto, eu não estou a fazer uma crítica, é um facto e está lá, mas isto para lhe dizer que o que caracteriza obviamente esta diminuição do PIB e o relatório fala nisso é que o crescimento e a produtividade e a criação de emprego são inferiores a outras regiões. Eu sei que isto é um tema muito querido para si porque já o ouvi falar nesta questão, mas o próprio relatório fala muito da qualidade institucional, os seus sistemas de inovação e a educação não são suficientemente fortes para serem competitivas a nível mundial. Isto é um facto, é a análise que o relatório tem da página trinta e cinco para a frente, aconselho-vos que todos leiam o próprio relatório que especifica exatamente o que é que se passa com o Algarve sob o ponto de vista de análise técnica, económica e financeira e o difícil que é desenvolver. Isto para dizer o seguinte. Esta semana e cruzar com a informação e educação, uma vez que isto é um problema grave do Algarve, esta semana saíram dados, nomeadamente da fundação José Neves, em que diziam que cinquenta por cento dos licenciados, aliás em 2011, os licenciados recebiam mais cinquenta e um por cento que os não licenciados. Onze anos depois esse mesmo indicador passou para vinte e oito por cento, ou seja, os licenciados recebem mais vinte e oito por cento do que os não licenciados. Se cruzarmos isto com a dificuldade que há na formação e a dificuldade que há dos recursos humanos no Algarve, aliás, o setor do turismo sendo o setor principal até paga em média menos que a própria construção, nós temos aqui um problema que eu acho que o senhor tem um desafio enorme que é de que forma é que a CCDR e os investimentos pretendem obviamente desenvolver a educação e a formação. ----

----- Depois, também não nos podemos esquecer e saíram dados esta semana do ranking das escolas e aqui já abordámos muito a questão do ensino, nomeadamente a questão da qualidade do ensino público, a questão do incentivo também ao ensino privado, não devemos demonizar esta questão do investimento só na excelência do ensino público sem pensar também no ensino privado. Aliás, o próprio ranking das escolas indicam nas primeiras cinquenta apenas uma era pública, isto quer dizer alguma coisa, temos outros dados também das escolas de Portimão, vêm lá duas no ranking, uma é a escola Poeta António Aleixo no lugar duzentos e oitenta e um e a escola Manuel Teixeira Gomes no lugar trezentos e oitenta e nove. Portanto,



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



eu acho que o município também necessita obviamente de desenvolver também políticas públicas de excelência, sendo demonizar obviamente o setor privado, mas de que forma é que o senhor pretende olhar para esta questão que é problemática, é grave e de que forma é que, aliás, a própria Ministra da Coesão falou também dos incentivos que existe para a renovação, construção, melhoramento de escolas sob o ponto de vista de edificado e não só sob o ponto de vista técnico. Salvo erro são quatrocentos e cinquenta milhões do PRR mais duzentos milhões do PT2030 e se houver necessidade, as autarquias ainda podem recorrer ao BEI, ao Banco de Investimento Europeu sem qualquer taxa de juro para as autarquias, é o estado que assume essa responsabilidade. De que forma este quadro regional e este quadro local se podem inserir naquilo que são cerca de trinta escolas a nível nacional que já aproveitaram estes investimentos, salvo erro três do Algarve e gostava de saber se há alguma de Portimão também neste sentido e de que forma é que o senhor olha para esta problemática para ser um parceiro no desenvolvimento desta política pública de educação de excelência, porque senão aquilo ali é a geração mais bem qualificada de sempre como se apelidem, um dia vai embora porque temos a economia mais mal preparada de sempre como havia alguém que dizia esta semana. Muito obrigado. -----

----- Pediu o uso da palavra, a senhora deputada Independente **Ângela Cristina Sintra Ramos Venâncio Quadros**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que depois de ouvir a intervenção do senhor Presidente da CCDR ficou com algumas dúvidas, aliás tem umas questões que gostava que fossem respondidas, nomeadamente quais os investimentos estruturantes para o setor primário e secundário nesta região. Portanto, houve aqui uma situação que foi colocada em relação ao turismo, que o turismo era alavanca, era a mola do Algarve, isto preocupa-me porque nós tivemos o Covid, durante esta pandemia verificamos o quanto o Algarve é frágil, porque nós até agora demos só prevalência ao setor terciário que é o turismo, o turismo, só apostámos no turismo e mais preocupa-me ainda mais quando eu leio este documento e quando verifico depois da leitura deste documento faz-me regressar a 1990, 1995, quando a maior parte dos fundos comunitários entrou aqui em Portugal e o resultado está à vista, portanto não houve aplicação correta, não houve um planeamento, não houve uma estratégia, não houve levantamento dos problemas sérios do Algarve, nomeadamente medidas que pudessem alavancar a economia real, economia real que não seja só o turismo, porque o turismo é sazonal, nós sabemos perfeitamente o que é que é o turismo, que depende do sol e da praia, está tudo bem, portanto temos essa perspetiva do turismo, mas depois esquecemos uma coisa, é que esse próprio turismo que dá muitas receitas, acaba por criar uma situação sazonal de contratos precários, em que os funcionários, os empregados estão com contratos de seis meses, a partir de janeiro vão para o fundo desemprego e somos todos nós que pagamos esse fundo desemprego, é o próprio estado, o turismo dá, mas também vai receber. Desta forma como está delineado, eu penso que não é uma situação muito, e preocupa-me, preocupa-me, preocupa-me bastante que trinta anos depois a linha é a mesma, e mais me preocupa quando eu vejo estas estratégias, quando eu vejo estas intervenções em que o turismo ainda consideram o turismo como a mola e a alavanca da economia, não, a economia real não é só o turismo, a economia real é a pesca, é a



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



agricultura, são as indústrias, é o comércio, não é só o turismo e nós estamos a bater no mesmo erro há mais de trinta anos e sabemos perfeitamente o que é que resultou da aplicação dos fundos comunitários. Portanto, uma das questões que eu gostava de ver esclarecidas, é quais os investimentos estruturantes para a pesca, para a agricultura e para a indústria, porque preocupa-me, preocupa-me porque estou a regressar a 1980, 1990 quando eu estive à mesa de algumas negociações com os abates dos barcos e muita coisa que veio a seguir, portanto, e, tive a noção realmente o que é que foi a boa aplicação e as boas contas da aplicação dos fundos comunitários em Portugal, e temos hoje o exemplo, temos uma economia fragilizada, que vivemos da ajuda externa, do endividamento e nós, um país com imensa riqueza para desenvolver não é aproveitado. Não sei e gostava que fossem esclarecidas estas questões. -----

----- Em relação à saúde, já ouvi que iria ser construído o hospital central, mas preocupa-me porque nós temos a nível de saúde aqui no Barlavento e em Faro também o CHUA de Portimão e o CHUA do Algarve, há precariedade, não há sistema de saúde, os hospitais, os básicos, os essenciais não funcionam. Portanto, é necessário algum investimento na saúde nestes hospitais, porque nós sabemos e não vamos, porque o hospital central é para quando, para daqui a catorze anos? Portanto, é mais uma questão que eu coloco. -

----- Outra questão é a via ferroviária do Barlavento de Portimão, aliás até Tunes, eu para ir no Alfa até Lisboa levo uma hora para chegar a Tunes, num comboio sem condições, as pessoas em cima umas das outras e quando se fala no turismo eu pergunto, «é isto que nós queremos»? Quer dizer nem para os cidadãos, os residentes temos condições, e os turistas quando vêm para este lado, para o Barlavento são confrontados com isto, é para continuar? -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Presidente da CCDDR Algarve Dr. **José Apolinário**, cara Presidente, caras e caros senhores deputados municipais, quero também agradecer à senhora Presidente de Câmara a deferência da presença e a sua cortesia, queria também deixar aqui umas notas. -----

----- Bom, primeiro sobre o tema institucional, eu pessoalmente sou pela regionalização, mas hoje quem pode fazer avançar o dossiê da regionalização, neste momento não há consenso entre o PS, PSD e os outros partidos representados na Assembleia da República para avançar esse processo. Portanto, desde logo, porque desde 1997, o avanço para um processo da regionalização pressupõe um duplo referendo, é preciso também não esquecer que em 1998, quando foi o referendo no Algarve, votámos contra, mas, portanto sobre o tema da regionalização que frisaram, foram aqui colocadas várias questões, enfim, não me compete a mim digamos dar a resposta sobre essa matéria, pessoalmente sou a favor da regionalização. Institucionalmente tenho de cumprir aquilo que é o mandato que estou incumbido. -----

----- A segunda nota que queria também aqui deixar. Esta alteração legislativa é complexa? O José Figueiredo apanhou muito do quadro de trabalho, é complexo. Pronto, isto é uma responsabilidade e é complexo, porque temos que fazer uma articulação entre diferentes áreas governativas, gestão dos fundos, digamos a mobilização e organização interna, digamos, temos que garantir a execução dos fundos, temos que garantir a preparação do próximo quadro, digamos temos muitas frentes aqui, temos a revisão dos PDM, temos a revisão do PROTAL, portanto temos muitas tarefas.-----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Bom, o primeiro desafio que nos é colocado, é saber se podemos fazer esta gestão com equilíbrio e digamos, porque a decisão tomada a nível nacional foi de que o nosso mandato seria paralelo ao dos autarcas e, portanto, o que nós temos a fazer é, em conjunto com os autarcas, em conjunto com toda a região e com a universidade e as associações, procurar aquilo que é o melhor possível em termos de enquadramento, mas naturalmente que as pessoas que serão mais próximas ou mais amigas, defender-nos-ão mais. Os que serão mais distantes estarão mais propícios à crítica, mas isso faz parte da democracia.

----- O que eu quero aqui sublinhar muito importante, porque foi aqui levantada a questão do escrutínio, é que justamente o apresentarmos este plano, apresentarmos qual é o papel da CCDR, qual é o programa regional nas assembleias municipais, também é uma forma de escrutínio, e essa digamos foi uma opção que tomámos desde o início, e depois foi aqui também colocada uma matéria que tem a ver com a articulação regional e inclusive foi ali o senhor deputado municipal do Chega que falou ali da divisão das NUTS dentro da NUT III. Sim, eu fui ouvido, eu acho que nós devemos preservar a entidade da região e, portanto, devemos manter uma única NUT, não vamos criar aqui, porque haveria quem entendesse que devia de haver uma NUT para o litoral e uma NUT para o interior. Pois se eu bem percebi da sua intervenção, havia uma NUTS do Barlavento e uma NUTS do Sotavento. Sim, não, eu quero assumir que eu sou a favor da regionalização e acho que nós não devemos dar passos nem tiros no pé no processo da regionalização. A existência de uma única NUT e de uma única região natural é condição que devemos bater-nos e continuar a defender. Agora, temos que encontrar é formas de compensar e de fazer esse trabalho dentro da região.

----- Quando se lança o concurso 5G e nós alocamos quinze milhões de euros no programa regional para digamos contribuir para responder às ondas brancas da região em termos de conectividade, estamos a trabalhar para a coesão territorial, porque ninguém vai para um Barrocal nem para o interior se não tiver melhor conectividade digital. -----

----- Quando nós alocamos trinta e dois milhões de euros na ITI Água e Paisagem no interior, estamos no fundo, a dizer o tema da água não é apenas um tema para resolver aqui no litoral, passa por encontrar soluções de resiliência também no interior. -----

----- Depois, também aqui e aqui estamos a dizer, portanto, face às verbas e face a este programa, como é que nós reorientamos aquilo que são as escolhas que aqui estão colocadas. -----

----- Depois, também foi aqui colocada uma questão sobre a mobilidade sustentável, o PRT, o MetroBus, pronto. Vamos lá ver, é assim, em termos de aquisição dos fundos europeus o que é preciso em primeiro definir é qual é a tipologia, o que é que é ilegível, o que é que é considerado mobilidade urbana sustentável e inteligente. Um metro é, um MetroBus também é. Ah! mas o MetroBus é só um autocarro, sim, é um autocarro em corredor dedicado. O que está previsto no programa, o que nós temos alocado nesse autocarro de corredor dedicado é uma verba de setenta milhões de euros, não é aquela verba que citava ali o senhor deputado municipal do PAN. Mas eu também quero-vos dizer aqui com o seguinte, o município de Portimão com o Vai e Vem já tem setenta por cento das carrinhas em veículos elétricos e está a caminhar para uma lógica de transição energética que é importante referenciar e dizem assim, «então e porque é que não



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



fazemos aqui»? Bom, porque o nosso problema maior, o modelo de BRT, o modelo do *Bus Rapid Transit* é feito a partir da linha de caminho-de-ferro e qual é que é o ponto aqui, é que a eletrificação da linha de caminho-de-ferro felizmente está a andar, atrasada, mas está a andar, vai permitir em junho de 2024 ter a eletrificação de toda a linha entre Lagos e Vila Real de Santo António, enfim, eu julgo que tem sido dito até ao final do ano, início de 2024, eu já dou a tolerância até junho de 2024, vai permitir ter a eletrificação de toda a linha e é a partir daqui que se têm que desenvolver projetos. Bom, se no futuro se considerar que é possível desenvolver um processo multimodal sustentável em torno que faça a ligação com a ligação ferroviária, tal também é ilegível no quadro. Agora, o que está neste momento metido em relação ao BRT, é sobre esse eixo que junta Loulé, aeroporto sempre com a ligação ao comboio. Mas eu também quero aqui dizer o seguinte. Nós batemo-nos para haver verbas para um campus universitário, porque não há diversificação sem a melhoria das qualificações, e quero agradecer aqui à Câmara Municipal e à senhora Presidente que se prontificou a disponibilizar um terreno com a universidade para retomar o tema do campus no Barlavento sem prejuízo de um trabalho muito bem feito pelo ISMAL, porque sem aumentarmos essas respostas também não alteramos os dados que eu ali apresentei, porque os dados de cobertura em termos de frequência do ensino superior no Barlavento são inferiores aos de em torno de Faro, desde logo porque há um problema central que é o acesso à habitação, há um problema de mobilidade e há um problema de acesso à habitação, porque qualquer jovem aqui para ir estudar para Faro tem que contar com quatrocentos euros por quarto no mínimo. Pronto. -----

----- Depois, nós também fizemos aqui algumas escolhas, sim, fizemos umas escolhas, nós inscrevemos verba para promover a descarbonização do porto de Portimão. Inscrevemos verba para desenvolver o trabalho em termos da arqueologia subaquática. Porque há aqui um ponto que é também preciso clarificar. A região diz que é a favor, eu já oiço esta conversa também há mais de dez anos, é que somos a favor do porto de Portimão, da ampliação do porto de Portimão. Ora bem, nós temos uma declaração de impacto ambiental favorável para começar esse trabalho a até 2026, mas se não fizermos o trabalho de casa, isto é, se não tratarmos da arqueologia subaquática mínimo três milhões de euros em termos de identificação, de classificação, visita. Se não tratarmos da descarbonização, isto é, no sentido de que os navios quando estão acostados possam estar ligados a fontes de energia, nós não vamos conseguir avançar nesse processo e, portanto, quais são as nossas escolhas, escolher estes projetos para servir de alavanca, sim, de alavanca para o projeto do porto de Portimão.-----

----- Depois, nós ainda neste quadro recorremos a verbas para dinamizar o centro tecnológico com a Parque Algarve. É um projeto que junta a Parque Algarve autódromo com a universidade e há um projeto que no próximo quadro temos verbas para aumentar e ampliar os centros tecnológicos, porque neste aqui nós pusemos a verba para arrancar a primeira fase deste projeto e quero aqui sublinhar o empenho do engenheiro Paulo Pinheiro e o reitor da universidade num protocolo para juntar, embora a fonte de financiamento seja do autódromo, a parte tecnológica de acompanhamento é feito pela universidade, portanto a universidade não tem fonte de financiamento para este projeto, mas que é central para a tal



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



diversificação. Depois, sim as escolas, a fortaleza podem ser elegidas no quadro daquilo que é o pacto e dos investimentos de proximidade. Eu quero também aqui sublinhar que nós claramente neste programa fazemos escolhas, nós estamos a pôr escolhas na área da saúde. Amanhã vai ser inaugurado um investimento aqui no hospital, Seriógrafo, se a minha memória não me atraçou aqui no hospital que resulta de uma decisão que tomámos há um ano e meio, que foi mobilizar três milhões de euros para reforçar investimentos na área do CHUA, desde que esses equipamentos se desenvolvessem e os instalassem quer em Faro, quer em Portimão, quer em Lagos, porque no fundo estamos a fazer o seguinte, a utilizar fundos europeus para que o CHUA possa fazer escolhas para ter melhores equipamentos. Sabem quanto é que, numa perspetiva de médio prazo vale um investimento de um euro na área da saúde, segundo o programa de recuperação e resiliência, cada euro na área da saúde tem um efeito multiplicador médio a vinte anos de cinco vírgula sete euros e, portanto, o investimento na área da saúde é crítico e é crucial. Por isso, nós fizemos, batalhámos para que houvesse verbas para o centro de oncologia, podíamos até ter colocado só nos cuidados de saúde. Bom, mas do plano de recuperação e resiliência estão previstos cinquenta milhões de euros para cuidados de saúde primários e isso compete naturalmente à ARS. Eu quero aliás lamentar, porque eu preferia que esse trabalho fosse articulado com a CCDR e com os municípios, mas, portanto estão cinquenta milhões de euros previstos no PRR para cuidados de saúde primários e, portanto, estaremos, estamos digamos atentos sobre esta matéria. -----

----- Foram aqui colocadas questões sobre, quanto é que do PRR já foi executado e quanto é que já foi pago e liquidado. Pronto. Quero transmitir e dar aqui nota, eu para não cometer nenhum erro, irei juntar os dados para facultar os dados, digamos desta matéria do PRR, mas como eu disse há pouco, quero deixar em nota do seguinte. Nós somos responsáveis pelo programa regional, no caso do PRR a nossa única missão é acompanhar digamos em termos globais da região. Portanto, não somos responsáveis pelo pagamento nem pela execução do PRR. Nós no caso do PRR só acompanhamos três projetos, três enquanto beneficiários intermédios e nunca um beneficiário final. A ponte de Alcoutim, em que somos beneficiário intermédio, mas o beneficiário final é o município, a área de acolhimento empresarial de Lagos, em que somos também um beneficiário intermédio, o beneficiário final é o município e o centro Qualifica de formação, em que aí somos beneficiário final, pronto. Como eu disse há pouco, eu acho que o maior desafio que nós temos todos é executar, porque nós tivemos, nestes anos tínhamos trezentos e dezoito milhões de euros, executámos quarenta e dois por cento em sete anos, temos que executar cinquenta e oito por cento em três. -----

----- Depois, daqui até 2029 vamos ter setecentos e oitenta milhões de euros do PO regional, mais duzentos milhões de euros do plano de eficiência hídrica e mais trezentos milhões de euros já aprovados no PRR, bom fora os outros de interação que os municípios ainda têm, por exemplo, as estratégias locais de habitação. Os municípios têm vindo a negociar e a discutir com o ERU os contratos de financiamento dos projetos, pronto, e eu julgo que quando referiu há pouco o senhor deputado Vítor sobre as questões, estava-se a referir a esses dados. Portanto, por exemplo, no caso da habitação é assim, o total da estratégia em locais de habitação aprovadas no Algarve, são trezentos e sessenta milhões de euros, e os municípios, isto



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



uma coisa é a aprovação dos termos, depois os municípios negociam com o ERU contrato a contrato. Portanto, quanto eu sei o município de Portimão está a negociar com o ERU contrato a contrato também dessa matéria, mas, por exemplo, na área de investimentos e na área de equipamentos culturais, foi agora recentemente anunciado pelo senhor Ministro da Cultura, um reforço de quatro vírgula dois milhões de euros para o investimento na fortaleza de Sagres e em Silves e na sé de Silves, portanto ou na área das empresas, nós temos pelo menos que eu saiba três verticais de empresas muito importantes na região, um sobre algas, um sobre a central de biomassa, um até no turismo aqui no caso de Portimão, uma vez que o grupo e passo a publicidade, o grupo Pestana apresentou uma candidatura para reforçar e melhorar a sua resposta em matéria da estrutura de dessalinização que tem Alvor, portanto para colocá-la a funcionar. Pronto, esta era a nota que quero dar, mas fornecerei o registo. Isto significa, na minha modesta opinião, que o nosso desafio central, fundamental é garantir a execução dos fundos. -----

----- Depois, houve aqui um quadro, que posso ter sido mal compreendido, quero clarificar. Naturalmente nós trabalhamos pela diversificação, e quando eu utilizei há um bocadinho a alavanca e o efeito trator, eu devia ter-me centrado então em termos apenas em efeito trator e efeito trator é da ideia que há uma atividade que puxa os outros e, portanto, o que nós queremos, o que eu queria sublinhar é a ideia de que o turismo deve ser efeito trator em relação às outras. Porque vamos lá ver, se olharmos numa perspetiva de médio e longo prazo, pois o turismo não vai trazer aquela componente tecnológica de inovação, também tem inovação, mas não vai ter digamos que no ponto de vista de contexto global. Agora, tendo nós as condições naturais que temos na área do turismo, mau seria se não tivéssemos uma especialização do turismo em particular naquele turismo que tem maior valor acrescentado e maior poder de compra e isso coloca as questões que com o Américo Mateus muitas vezes temos discutido, que têm a ver com a economia circular, porque é assim, nós temos que levar as empresas do turismo a fazerem antecipação da transição climática e da transição digital. Trocando por miúdos, temos um problema de água, temos que poupar água, não podemos desperdiçar água, temos que levar estas empresas a encontrarem soluções de reutilização de água dentro dos espaços de uso comum, digamos de poupança de água, de economia circular também em relação à recolha dos resíduos e à sua valorização. Isso é bom para nós, e é essencial para o futuro do turismo, e é esse trabalho, quando eu há pouco referi que no eixo dois tínhamos essa componente, é desta perspetiva. -----

----- Depois, uma nota sobre os salários, as qualificações, isto aqui foram referenciados. Vamos lá ver, nós só aumentaremos a diversificação com mais qualificações e com mais inovação. Quer dizer, a nível nacional o investimento em ID, em ciência e investigação é um vírgula sessenta e dois por cento do PIB. Na região é zero vírgula quarenta e oito, zero vírgula quarenta e nove. Nós temos que aumentar o investimento em ID e também melhoria das qualificações. Sim, temos também verbas para os chamados CET, cursos de especialização de técnicos especializados, mas sim, eu também quero assumir aqui, nós fizemos uma escolha, nós pusemos mais dinheiro nos CTESP, quer dizer, nós pusemos mais dinheiro, nós pusemos verba suficiente para financiar quatro mil cursos técnicos de ensino superior, porque têm que ser



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



desenvolvidos para a região e aqui em Portimão também, de diversificação, porque nós também já temos exemplos de diversificação, micro pequenas empresas, alguém aqui levantou sobre a dimensão das empresas. Nós temos no ónus da região setenta e seis mil empresas. Nas sociedades temos vinte e quatro mil sociedades, mesmo nas sociedades oitenta e nove por cento são microempresas e onze por cento são pequenas e médias empresas. Nós na região não em PME, sedeadas na região, é preciso dar esse ponto, não PME, só temos dezanove empresas das sedeadas na região, mas nós temos muitos bons exemplos, por exemplo aqui em Portimão, há uma pequena empresa que se chama Âmago, Âmago é uma empresa que tem investido em eficiência energética e faz um trabalho de prestação de serviços e de efeito em relação ao turismo muito relevante. Precisamos de mais projetos dessa natureza, e é esse o quadro em que estamos colocados. Aqui levantava-se a questão, então os salários? Bem, há aqui uma nota. Os números têm demonstrado, porventura comparando com há dez anos atrás, a migração tem sido de jovens licenciados. Isso também tem consequência sobre a questão do salarial. Pronto, mas se queremos ter a tal diversificação em erro de competitividade, vou repetir, temos que ter mais investimento em cursos técnicos de ensino superior, temos de ter mais investimentos em inovação, nas empresas também não é porque também quando nós olhamos, além de termos só zero vírgula quarenta e nove por cento do PIB já na região em inovação, em ID, no nosso caso dois terços deste investimento é da parte pública, desse só um terço é que é da parte das empresas. A nível nacional é ao contrário e, portanto, todo este quadro é um quadro muito importante para a região. Pronto, eu acho que respondi a quase todas, só quero falar sobre a água. Nós temos que poupar, porque a água é vida e não podemos desperdiçar água, tudo. Há municípios que fizeram maiores investimentos no controle das perdas, Portimão é um deles, julgo que os três municípios na região que têm melhores níveis de controle de perdas são Portimão, Faro e Tavira, mas continuamos a ter muitas perdas em muitos municípios e por isso os tais duzentos milhões de euros pelo plano de eficiência hídrica têm um pacote de trinta e cinco milhões de euros para redução de perdas nos municípios, para melhorar a eficiência em relação aos municípios.-----

----- Depois, no regadio, esse plano de duzentos milhões de euros tem treze milhões de euros para obras, digamos de perdas em regadios coletivos. Pois nós debatemo-nos também, para haver umas verbas para perda, para redução de perdas em regadios privados, quatro milhões de euros. Quem só teve quatro candidaturas iniciais vai ser novo lançado, foi lançado novo aviso esta semana. E depois temos a dessalinizadora, pronto e a dessalinizadora a proposta indicada é para ficar, portanto em Albufeira, próximo digamos do limite de Albufeira com Loulé, mas a dessalinizadora que teve aliás um compromisso de passar de oito hectómetros para dezasseis hectómetros e mais com a possibilidade de ir até vinte e quatro, não vai resolver os problemas todos, a dessalinizadora vai reforçar aquilo que é uma resposta do ponto de vista de emergência, enfim, a realidade tem demonstrado que a situação é mais urgente do que aquela que nós pensávamos, não é, mas nós temos que ter uma visão, como é que hei-de dizer global sobre o tema da água, temos que ter uma global sobre o tema da água, porque passa por a eficiência em termos autárquicos, passa por maior utilização da reutilização da água no turismo, nós somos a região do país que tem uma



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



maior taxa digamos já da reutilização, quatro vírgula cinco por cento, mas podemos aumentar e chegar a oito por cento, o processo que está em marcha, nomeadamente com verbas do PRR da tal eficiência hídrica em termos de utilização dos globos, vai permitir chegar a oito por cento a curto prazo. As próprias entidades do WOLF fizeram aqui um trabalho que foi substituir relvas, diminuir perdas e temos que continuar a fazê-lo, temos que continuar a fazê-lo. Com isto eu não estou a dizer que o nosso futuro é só turismo, estou a dizer é que nós não podemos jogar fora o turismo, tem que ser fator digamos trator em relação a outras atividades. -----

----- Sobre o setor primário deste programa, vamos lá ver. Este programa é fundo europeu do desenvolvimento regional e fundo social europeu. O que isto financia é, inovação produtiva, atividades ligadas ao desenvolvimento regional e inovação produtiva e já agora o que é que é inovação, inovação não é só pôr, mudar, pode colocar lá uns computadores e ter um sistema tecnológico. Inovação é a inovação do produto, é a inovação do procedimento, quer dizer, não é só meter lá o computador. Inovação é mais do que isso, mas o tempo dar-me-á lições sobre esta matéria, mas quero sublinhar este ponto e depois é assim. Apoios ao setor primário, foi aqui colocado, são responsabilidade quer no âmbito da PEPAC, portanto da política agrícola, quer no âmbito do Mar 2030, pronto. -----

----- O que esta reforma legislativa vai dar, é que nós vamos passar também a articular esses investimentos no território, mas quer dizer, mas a ilegibilidade desses investimentos não passam por este valor destes setecentos e oitenta milhões de euros que aqui... Senhora Presidente, peço desculpa de ter sido tão longo, mas estou disponível para responder depois e enviar através da mesa o que entenderem, desta informação e de questões, mas assumindo claramente as coisas. -----

----- O que me preocupa mais, confesso, primeiro é termos empresas suficientemente inovadoras para responder aos desafios que aqui são colocados. Depois, as qualificações, e as qualificações é desde o ensino superior até ao sucesso educativo. Eu disse há pouco na primeira volta que nós não tínhamos verbas mobilizadas para programas de sucesso educativo, vamos ter agora verbas a construir com os municípios. Nós já fizemos investimentos em edifícios. Neste quadro comunitário um grande salto que nós fizemos foi melhorarmos muitos edifícios. Portimão apostou muito na requalificação da escola José Buisel e tem em marcha um projeto agora para o próximo quadro na escola Teixeira Gomes, mas quer dizer, mas além dos edifícios, temos de trabalhar mais esta parte do sucesso educativo, porque estas são duas das novidades que não existiam no quadro anterior no Algarve, o sucesso educativo que havia noutras regiões que não havia no Algarve e financiamento estratégico que havia noutras regiões e não havia no Algarve. Pronto, isso são coisas que fizemos. Muito obrigada, estou disponível, se alguma coisa peço desculpa, não ter respondido. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada da Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, senhor Presidente da CCDR haviam aqui algumas questões da primeira intervenção que ficaram por responder, a questão do PROTAL não foi respondida, a questão do PRR agradecia que se fosse possível nos enviasse essa informação, mas havia



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



aqui uma questão também que eu queria colocar, queria ter colocado na primeira intervenção e que não o fiz. Apresentou-nos um slide sobre a questão das revisões dos PDM na região, mas falta aqui, enfim, na medida do possível uma explicação sobre esta questão das alterações por adaptação dos PDM em vigor para incorporação da regra de classificação e qualificação do solo, decorridos no RGIT. O prazo como sabemos é até 31 de dezembro deste ano e gostava que nos dissesse qual é o ponto de situação relativamente aos PDM que não estão revistos, nomeadamente neste momento só está Silves e Lagoa, há dois ou três que estão num estado de revisão, relativamente mais adiantados, nomeadamente Albufeira e creio que Faro, Lagos é exceção sobram creio que doze. Portanto, queria que fizesse aqui o ponto de situação disso muito rapidamente. E depois também em relação aqui à questão nas revisões da primeira reunião da Comissão Consultiva, qual é o balanço que faz nos PDM que estão em processo de revisão. Disse.

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, aqui no ambiente e economia circular, aqui na página vinte e três, o que fazer para os resíduos urbanos geridos em destino, a maior parte, oitenta por cento, vai para os aterros. Se queremos uma economia circular, esta não é a melhor economia circular. -----

-----Outra situação que eu tenho aqui a dizer que é a questão do 5G, se o 4G não chega a muitos sítios, espero bem que o 5G chegue a muitos sítios, principalmente no Barrocal algarvio, basta só sair aqui quinze quilómetros que nós já não temos rede em qualquer situação aqui entre Portimão e Monchique. Tenho dito.

----- Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Vítor Manuel Campos Couto**, queria agradecer as explicações aqui trazidas pelo senhor Presidente da CCDR, o qual o PSD muito agradece, mas queria também clarificar aqui um bocadinho a questão da diversificação. Ninguém diz que temos que deixar de apostar no turismo, claro que o turismo é o principal motor da economia algarvia e há-de continuá-lo a ser e é assim que o deve ser. Agora, quando nós falamos que temos que diversificar e que gostávamos que houvesse uma aposta da diversificação, é na criação também de empregos mais qualificados. Porque é assim, nós não podemos continuar a qualificar pessoas, a deitar dinheiro para qualificar pessoas para depois essas pessoas não encontrarem no mercado regional colocação no tecido empresarial que nós temos, e aquilo que assistimos é que constantemente os jovens formam-se e depois por não terem alternativas suficientemente estimulantes no Algarve, são obrigados a fugir para outras zonas do país, ou então a ir para o estrangeiro. É isso que nós temos que estancar, é por isso que nós temos também que diversificar o nosso tecido empresarial, para que os jovens se sintam estimulados a trabalhar em empresas aqui que apostam de facto na inovação e que se sintam realizados profissionalmente. Aquilo que nós assistimos é que muitas vezes um jovem altamente qualificado olha para o tecido empresarial e não encontra algo que o entusiasme. Nós temos que criar essas oportunidades, temos que valorizar o trabalho desses jovens e valorizar também dessa forma as remunerações auferidas que também é importante. Muito obrigado. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Presidente da CCDR Algarve Dr. **José Apolinário**, diversificação, vamos lá ver. Nós trabalhamos todos os dias para procurar fomentar a diversificação, pronto.



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Agora, isso não se faz por decreto, faz-se com empresas e faz-se criando condições para, pronto, isto só para dar uma ideia. Por exemplo, cursos técnicos de ensino superior, nós mobilizámos possibilidade de financiar até quinhentos cursos técnicos de ensino superior por ano. Neste momento, os cursos técnicos de ensino superior alinhados, com diversificação, com a tal estratégia regional de especialização inteligente que ali apresentámos na Universidade do Algarve, no politécnico, são duzentos e quarenta. Quer dizer, é assim, nós estamos a colocar verbas para aumentar essas respostas de diversificação. -----

----- Dois, quanto à natureza dos estímulos e dos incentivos. Nós temos também uma dimensão de mercado e, portanto, o ponto aqui também muitas vezes dessas coisas tem a ver com a dimensão de mercado e depois tem a ver com as condições das próprias bacias de emprego. Por exemplo, quando nós falamos da questão da mobilidade é para reforçar também o quadro da bacia de emprego, é respostas que os municípios estão nos quadros das estratégias locais de habitação, mais a mobilidade, são obviamente condições indispensáveis para melhorar as condições dessa bacia de emprego, pronto. -----

----- PROTAL, não respondi há pouco. Portanto, as indicações e orientação é no sentido de no prazo de dois anos fazermos a adaptação do PROTAL passando o PROTAL a plano, em alinhamento com o plano POT. Isso foram aqui colocadas algumas questões, nomeadamente sobre o tema do litoral, uma das orientações que vem desse documento é a consolidação do espaço do litoral. Agora, nós não podemos confundir essa consolidação com situações que resultam de direitos adquiridos e temos muitas vezes situações que resultam desses direitos adquiridos. -----

----- PDM. Digamos o que está em termos legislativos, é no sentido do processo de revisão do PDM se desenrolar em 2023, ponto, é isto que está e é o que está lá na tabela que apresentámos. Parece-me bem claro sobre essa matéria. Está lá no quadro, portanto os dois que estão publicados e aquele que foi recentemente publicado está lá, os outros, os que têm processos já da primeira reunião de concertação. --

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, penso que temos terminado os nossos trabalhos, não sei se a senhora Presidente quer dar uma palavra final, agradeço a vossa presença, todas as questões que foram colocadas, a presença do Conselho Diretivo e dava a palavra à senhora Presidente para encerrar agora esta sessão. Obrigada a todos. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a senhora Presidente da Câmara Municipal **Isilda Maria Prazeres dos Santos Vargues Gomes**, vou ser também muito rápida e muito telegráfica, e apenas para reforçar aquilo que disse há pouco, e dizer-vos que toda esta estratégia, este plano estratégico tem sido discutido com os presidentes de Câmara, portanto nós temos acompanhado de uma forma muito próxima, por isso nós revemo-nos nesta forma de trabalhar, revemo-nos nestas propostas e relativamente a Portimão, devo dizer que o senhor Presidente da CCDR e a sua equipa têm percebido quais são os nossos objetivos e os nossos anseios obviamente e têm permitido e têm-nos ajudado a caminhar no sentido de os concretizarmos. Aliás, o senhor Presidente da CCDR é conhecido por ser um homem de consensos e quando há alguma coisa ou alguém que de facto está meio em desacordo, é o senhor Presidente da CCDR que toma a iniciativa do diálogo, de falar com as pessoas e de tentar encontrar sempre uma solução, de modo que eu quero dar os



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



parabéns a esta equipa, que é de facto uma equipa extraordinária e naturalmente penso que todos hoje ficámos mais elucidados sobre o que é que se perspectiva para o Algarve e o Algarve tem que ser uma verdadeira região, e eu acho que nós temos que estar todos unidos em torno desta região. Eu costumo sempre dizer que aquilo que tem estragado muito do Algarve são as capelas, as capelinhas, são aquelas coisas de puxar o tapete, de puxar para um lado ou puxar para o outro, e isso é o que tem estragado a evolução do Algarve e é aquilo que o esta equipa liderada pelo Dr. José Apolinário não tem deixado que aconteça. Portanto, isto é muito bom, porque como é que eu vos hei-de dizer? Sentimos que temos um terreno onde podemos pisar à vontade, porque temos alguém que acompanha, temos alguém que orienta e temos alguém que nos toca às campanhas quando é preciso, e por isso obviamente que nós todos nos sentimos muito congratulados com esta postura, com esta forma de trabalho, como vos digo ainda hoje ficou tudo admirado quando eu disse, «não, vai prestar contas. Prestar contas o Presidente da CCDR, mas o que é isso? Os nossos não prestam contas», dizia eu assim, «está bem, mas o Algarve é diferente, o Algarve é uma região e o Presidente da CCDR também é diferente». Pronto e é isto que eu vos quero aqui deixar e naturalmente com a certeza de que nós continuaremos a trabalhar desta forma articulada e a preocupação, amanhã é inaugurada a sala com um equipamento que era já requerido há dez anos, que custou quatrocentos e cinquenta mil euros para fazer exames especiais e, portanto, há dias foi inaugurado um em Faro também, custou não sei quantos milhões, custou um milhão, pronto, este foi quatrocentos e cinquenta mil, mas digamos que esta atenção a estes setores que são setores prioritários é muito bom para o Algarve e acho que o Algarve tem futuro se todos nós continuarmos a trabalhar desta forma, e digo-vos que este trabalho é feito assim também na AMAL, a AMAL também funciona assim, é verdade e isso de facto parece que está a fazer um Algarve diferente, o facto de todos escancarmos as portas e não termos lá os quintais fechados às sete chaves, eu já disse muitas vezes, não se o meu colega ficar chateado por isto, não, então a gente não vai querer que ele fique chateado, então a gente também cede um bocadinho, cada um cede aqui, outro cede ali e a gente consegue chegar sempre a um consenso e só assim é que nós conseguimos levar por diante e eu gostei da intervenção do senhor professor, porque realmente é uma intervenção de alguém que conhece também obviamente e de alguém que sabe aquilo que está a dizer e por isso, as outras também, mas aí é de um professor universitário, não é? Portanto, é um bocadinho diferente e, portanto, caros membros da Assembleia Municipal, mais uma vez as minhas penhoradas desculpas pelo facto de ter chegado atrasada, mas como vos digo foi assim uma correria para estar aqui a horas cumprindo as normas do código, as leis do código, não, que é para que não haja dúvidas e senhora Presidente, felicito-a também por ter organizado esta sessão, senhor Presidente da CCDR o Algarve já lhe deve muito, já lhe deve muito a si e à sua equipa e obviamente que nós continuaremos a contar com o seu trabalho e desta equipa maravilhosa que conseguiu constituir e esperemos ainda que continue a constituir a equipa maior, porque vai ter direito a uma equipa maior e, portanto, e o Algarve merece e precisa. Muito obrigada, também senhor Presidente por esta iniciativa que é de aplaudir e de saudar. Muito obrigada, uma boa noite. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



-----Não havendo mais intervenções e terminada a ordem de trabalhos prevista para esta reunião, quando eram zero horas e catorze minutos, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro** deu por concluída a 3ª Sessão Extraordinária de dois mil e vinte e três, realizada no dia dezanove de junho, e para constar se lavrou a presente ata, que tem como suporte a transcrição dos registos fonográficos efetuados da gravação, de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião, de acordo com o artigo setenta e um do Regimento. -----

-----De acordo com o instituído no número 6 do artigo 49º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, bem como o número 11º do artigo 40º do Regimento da Assembleia Municipal de Portimão, relativamente às questões formuladas pelos cidadãos, não foi rececionada resposta por parte da Câmara Municipal. -----

-----E eu, Telma Maria Nunes Matias _____ Assistente Técnica, a prestar serviço no Gabinete da Assembleia Municipal Portimão a elaborei e assino, bem como os elementos componentes da Mesa da Assembleia Municipal de Portimão: -----

A Presidente da Mesa da Assembleia Municipal

(Isabel Andrez Guerreiro)

1º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal

(Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café)